

--N.º 2/2022 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----

---Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Famalicenses deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

SEGUNDO PONTO - REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. (GRELHA E)-----

TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACORDO DE PARCERIA “VAUDEVILLE RENDEZ-VOUS - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES PERFORMATIVAS 2022-2024” - BARCELOS, BRAGA, GUIMARÃES, VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO (LEI DOS COMPROMISSOS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBAS RELATIVAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS E DOS CONTRATOS DE COOPERAÇÃO/PROTOCOLOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I

À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAR O PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA CONTINENTAL MABOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 5.º DA LEI N.º 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - TROÇO DA ANTIGA EN14 ENTRE O KM 28,869 E O KM 29,688, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE E CESPU C.R.L, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL (LEI DOS COMPROMISSOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 788,97 M², DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 46/1995, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2022-2025), DE ACORDO COM OS ARTIGOS 57.º E 58.º, DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

DÉCIMO TERCEIRO PONTO - ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.-----

DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NÃO PRETENDER EXERCER, NO ANO DE 2022, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE:-----

---1- NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, O QUAL CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. --

---2- NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. (GRELHA E) -----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Ferreira, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO FREITAS SILVA -----

Assembleia Municipal



--BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA-----
--BERNARDINO GOMES MARTINS -----
--BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
--CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
--CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
--CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
--CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
--CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
--CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
--DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
--DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
--EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
--FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
--FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
--FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
--FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
--FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
--GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
--JOANA GOMES FERNANDES -----
--JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
--JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
--JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
--JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
--JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
--JOSÉ EDUARDO FERREIRA RIBEIRO -----
--JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----
--JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----

Assembleia Municipal



--JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
--JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA-----
--JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS-----
--LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----
--LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
--LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA-----
--LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO-----
--MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
--MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
--MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--MANUEL LIMA SOARES-----
--MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
--MANUEL SILVA ALVES-----
--MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
--MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA-----
--PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
--PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
--PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
--PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
--PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----
--PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO-----
--RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----
--RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----
--RUI MANUEL MATOS CARVALHO-----
--RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS-----
--RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

Assembleia Municipal

--SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO-----

--SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA-----

--TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA-----

--TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----

--Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Deu início à sessão. Deu a palavra ao Senhor Deputado António Meireles que, pelas funções e pelo local onde se encontram, gostaria certamente de assinalar o momento.-----

--**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Saúdo-vos!-----

--É para nós uma grande honra receber a Assembleia Municipal, aqui, nas nossas instalações. Juntou-se um símbolo, um símbolo maior da democracia no espaço maior da cidadania. Maior exemplo não pode existir, por isso, espero que esta noite corra pelo melhor, e considerem esta casa como vossa, serão sempre aqui bem-recebidos.-----

--**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Em nome da Assembleia Municipal, também gostava de agradecer a forma impecável e gentil como esta Associação disponibilizou, graciosamente, estas instalações com todas as condições para a realização da nossa sessão da Assembleia Municipal.-----

--Queria dizer agora que deram entrada dez documentos para o período de Antes da Ordem do Dia, o que significa que estamos todos com muita vontade de debater. Um Louvor aos Profissionais de Saúde, do CHEGA; uma Moção do dia Internacional da Mulher, da CDU; um Voto de Protesto pelo conhecimento da Imprensa, pelo PS; o PSD, um voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego Joaquim Fernandes, que eu sublinharia na tomada de posse desta Assembleia Municipal marcou a sua presença -terá sido a sua última manifestação pública; um Voto de Saudação, do PSD, relacionado com D. Jorge Ortiga; um Voto de Condenação relacionado com as agressões no Hospital, do PSD; um outro Voto de Pesar relacionado com o Monsenhor Cónego Joaquim Fernandes,

do PS; um Voto de Recomendação, do CDS, relacionado com o Hospital e, finalmente, um Voto de Pesar pelo António Martins Vieira, Historiador Local Famalicense. E eu vou dar a palavra por esta ordem, sendo que em primeiro lugar está o Senhor Deputado do CHEGA. -----

---Pedia ao Senhor Deputado João Pedro Castro que aguardasse só mesmo um bocadinho.

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa, mas é que ainda não temos os votos, ainda não foram distribuídos. É evidente que nós podemos começar a sua leitura, mas carecemos sempre de, pelo menos, uns três, quatro minutos para podermos ler os Votos, que não os nossos, obviamente, que esses nós conhecemos. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Só para dizer que, relativamente a um dos Votos de Pesar apresentado pelo Partido Socialista, obviamente ao Monsenhor Joaquim Fernandes, eu proponha ao Grupo Municipal do PSD que se pudesse fundir os três Votos, porque são os três exatamente com o mesmo objeto e o mesmo conteúdo.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Temos um problema em relação aos dois últimos Votos apresentados pelo CDS, na medida em que, certamente esperando que aqui fosse possível tirar as cópias, não as trouxeram, mas, realmente, nós podemos fazer e, assim sendo, fazemos a leitura e na base delas pedia aos Senhores Deputados, com a compreensão de sempre, analisassem e depois comentassem e votassem. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Como recebemos três cópias do mesmo voto de pesar do Partido Socialista, não sei se haverá algum Grupo Municipal que não tenha recebido. Portanto, há uma troca de documentos, de certeza, porque o camarada que fez o voto trouxe x cópias. Como nós temos três, há Grupos Municipais que não as receberam, de certeza.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Aliás, se o Senhor Deputado João Pedro Castro permitir, porque não há cópia dos dois votos do CDS e para que, entretanto, as pessoas possam perceber o seu conteúdo, eu iria pedir para que fosse feita

primeira essa apresentação, essa leitura e depois retomaremos por ordem de entrada os votos. Portanto, eu pedia a um Senhor Deputado do CDS à escolha que fizesse a leitura dos dois votos apresentados, cuja cópia não foi disponibilizada. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** - Senhor Presidente, antes de iniciar a leitura do voto, eu não farei a leitura dos dois votos, mas só farei a leitura do primeiro. Depois, pedia ao colega de bancada, João, que fizesse a leitura do segundo. -----

---É o voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Senhor Deputado, nesse caso, foi pedida a fusão dos três votos, eu sugeria que as bancadas, enfim, que os líderes ou os representantes se reunissem para consensualizar o texto, mas se quiser lê-lo pode também fazê-lo. Não é por aí. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** - Como a Mesa entender. -----

---Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“No passado, dia 8 fevereiro de 2022, faleceu, com 105 anos, o Monsenhor Joaquim Fernandes.-----

---Nascido a 6 de setembro de 1916, em Mouquim, Vila Nova de Famalicão, foi ordenado sacerdote a 8 de julho de 1945. Logo nesse ano foi nomeado Vigário Coadjutor em Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão. Em 1955, exerceu também a paróquialidade em Santo Adrião.-----

---De 1958 a 1994, foi Arcipreste de Vila Nova de Famalicão. Em 1971, é nomeado Vigário Episcopal da Cúria Arquidiocesana de Braga. A partir de 1975 e até 1979, foi Capelão na Capelania Hospitalar de Vila Nova de Famalicão. Já mais tarde, no ano 2000 foi nomeado Capelão dos Bombeiros Voluntários Famalicenses. -----

---Referência incontornável da História famalicense do séc. XX, o seu percurso cívico e religioso deixou marcas inapagáveis na comunidade. A Creche-Mãe, o Centro Pastoral e a nova Igreja Matriz de Vila Nova de Famalicão, são obras que refletem a sua determinação e entrega, mas é sobretudo no seu exemplo de vida, na sua preocupação

com o outro, que os famalicenses se inspiram, onde granjeou a simpatia geral e deixou memórias que o recordam!-----

---O Monsenhor Joaquim Fernandes é um dos mais relevantes e decisivos pilares da nossa comunidade, e será inspiração para todos quantos queiram dar de si, para construção de um futuro melhor. Homenageemo-lo, seguindo os seus passos. -----

---Pelo exposto, os Eleitos pelo CDS - Partido Popular, à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão propõe que a Assembleia delibere: -----

1. Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes.-----
2. Apresentar as condolências e a solidariedade institucional à família.”-----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Leu o Voto que é do seguinte teor:-----

---“Passaram, à data da presente sessão desta Assembleia Municipal, três dias sobre a ocorrência que constituiu a bárbara agressão a profissionais de saúde e de segurança que se encontravam no exercício de funções no Centro Hospitalar do Médio Ave, Hospital de Vila Nova de Famalicão, além dos danos materiais provocados. -----

---Três dias... tempo manifestamente insuficiente para que não estejam ainda estes acontecimentos demasiado frescos na memória dos famalicenses, que perante uma incredulidade avassaladora a eles assistiram. -----

---Nenhum cidadão, seja qual for a sua ideologia, género, estrato social ou condição pode ser sujeito a esta barbaridade. No mais, invade-nos uma revolta de que os profissionais de saúde, a quem “tiramos o chapéu” pela admiração que nos cativam dia após dia, pela sua dedicação e resiliência, que presenciámos e continuamos a presenciar no decurso da pandemia que nos assola, tenham sido o alvo de tão brutais agressões. -----

---Da mesma forma, importa também referir que nenhum cidadão, seja qual for a sua ideologia, género, estrato social ou condição, pode perpetrar atos desta natureza, pelo que os mesmos deverão ter consequências. Não é uma questão de raça, de etnia, de ideologia. É uma questão de princípio. O que está em causa é a prática de atos criminosos logo, é uma questão da justiça. E o CDS acredita na justiça! -----

---Porém, a gravidade da situação não se cingiu àquelas bárbaras agressões ocorridas naquela madrugada no Hospital de Vila Nova de Famalicão e que condenamos veementemente. -----

---Sucedede que após as agressões, e acionados os meios para a comunicação da ocorrência às forças de segurança, passaram, alegadamente, cerca de 45 minutos até que a Polícia de Segurança Pública chegasse ao local, onde já não se encontravam os prevaricadores, entretanto fugidos. E de acordo com o comunicado da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, esta situação, e cito, “lesa a instituição, mina a sua credibilidade, coloca os profissionais expostos à crítica pública - com o seu profissionalismo colocado em causa sem que tenham qualquer responsabilidade na incapacidade de resposta à ocorrência.”. Ainda no mesmo comunicado pode ler-se que “...o envelhecimento do efetivo e o abandono da profissão continuam... a ser problemas que não se podem esconder.” -----

---Estes, senhoras e senhores deputados, são os verdadeiros problemas! Perante bárbaras agressões e danos em flagrante, com a gravidade destas ocorrerem no Hospital, com uma Esquadra da PSP a menos de 5 minutos de distância, aquela força de segurança não pôde destacar efetivos... por falta de condições. A mais, ainda que se pudesse considerar a distância um entrave à atempada intervenção da Polícia de Segurança Pública, que não é o caso, existe um Posto da GNR a 300 metros do Hospital, mas aquela força, ou não foi solicitada ou não pôde intervir por motivos logísticos, regulamentares ou de rigidez procedimental imposta pela tutela, seja dizer o Ministério da Administração Interna. -----

---É inacreditável. É inaceitável! -----

---E só não é incompreensível porque basta uma breve visita à Esquadra da Polícia de Segurança Pública ou até mesmo ao Posto da Guarda Nacional Republicana de Vila Nova de Famalicão para que se constate um inequívoco descuido e displicência naquelas forças e nas suas instalações. Edifícios sem condições, infraestruturas e equipamentos ultrapassados e desatualizados e meios escassos, tudo quanto resulta, naturalmente e

como assumido por aqueles profissionais nos últimos tempos, como não podia deixar de ser, numa clara desmotivação com consequências na eficiência e eficácia dos serviços daquelas forças de segurança. -----

---É assim em Vila Nova de Famalicão como tem sido assim por todo o País, fruto de uma agenda política que nos últimos seis anos, refém de uma esquerda extrema e radical que colocou as questões de fundo ideológico acima do bem-estar de qualquer cidadão. Uma agenda que versa sobre o culto dos insultos às forças de segurança, seguidos de uma incompreensível impunidade; uma agenda que permite atos vis de desrespeito, esmorecimento, desconsideração e tantas vezes violência perante aquelas instituições e seus representantes, privada do conceito de que as forças de segurança têm como missão a proteção dos cidadãos, da ordem e da segurança pública e que são a garantia do cumprimento da lei; uma agenda que se dedica a dismantelar e extinguir forças de segurança, como é exemplo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em lugar de reforçar os meios ao seu dispor, com o objetivo último de servir na sua missão e garantir a segurança dos cidadãos. Uma agenda que urge mudar! -----

---E nesse sentido, o grupo municipal do CDS-PP, que acredita na não inevitabilidade de ocorrência destas situações, preocupado com eventuais reincidências, apresenta este Voto de Recomendação à tutela, Governo de Portugal, Ministério da Administração Interna, para que possa proceder a uma reorganização administrativa e efetiva na coordenação no terreno entre forças de segurança, retirando a rigidez procedimental entre estas, por forma a permitir uma estrita e eficaz colaboração que leve à redução de tempos de intervenção consoante a proximidade ao centro de ação de cada organização; que possam as situações de exceção ser salvaguardadas, ao abrigo de protocolos ou de outras quaisquer formas administrativas. -----

---Termino Senhor Presidente que é entendimento do grupo municipal do CDS-PP que estes ajustes nos procedimentos de intervenção policial e de segurança, que urgem, serão

o ponto de partida para uma distinta e contundente melhoria na segurança dos nossos concidadãos. -----

Que o ocorrido nas urgências do nosso Hospital sirva de exemplo!” -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“O grupo municipal do Partido Chega considera ser da mais elementar justiça, reconhecer o admirável trabalho efetuado por todos os profissionais de saúde do município de Famalicão, durante estes dois últimos anos, período particularmente difícil, à conta de uma torturante pandemia que alterou significativamente a normalidade das nossas vidas. -----

---Na mesma linha, reconhecer o mérito da organização e o esforço empenhado de todos os funcionários da Câmara municipal, revelando sentido de comunidade e espírito de abnegação. -----

---O mérito, numa sociedade democrática e pluralista, deve estar sempre nas cogitações de quem presta serviço à população, seja ele setor público ou privado. -----

---A valorização dos serviços públicos e dos seus trabalhadores fortalece a dinâmica social, diminui as clivagens socioeconómicas e cria valor acrescentado para o Município.” -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“A comemoração do Dia Internacional da Mulher tem um profundo significado histórico e uma renovada atualidade que importa dar a conhecer às novas gerações. -----

---Proposto em 1910 por Clara Zetkin - revolucionária alemã, ativista na defesa dos direitos das mulheres - o dia internacional da mulher tinha como objetivo erigir a luta organizada das mulheres, em cada país, contra a exploração e opressão, pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, pela transformação da condição social das mulheres e pela sua emancipação. Um dia para dar força à luta de todos os dias! -----

---Desde então, um longo caminho tem sido percorrido, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, pelo desenvolvimento, contra a guerra e pela paz! -----

---Em Portugal a cada avanço nos direitos das mulheres, plasmados na sua forte participação no mundo do trabalho, em áreas como a cultura, o desporto, a educação, a saúde, a ciência e investigação é acompanhada por obstáculos que permanecem e que impedem a igualdade no trabalho e na vida patentes na precariedade laboral, na desvalorização do trabalho das mulheres, das suas competências e carreiras. -----

---Comemorar o 8 de março é dar força à luta das mulheres, uma luta de todos os dias na exigência de igualdade no trabalho e na vida, pelo cumprimento dos seus direitos. -----

---Os órgãos de poder, aos seus mais variados níveis, têm responsabilidades na promoção da igualdade no trabalho e na vida e pelo cumprimento dos direitos das mulheres. -----

---Os órgãos autárquicos, pela sua proximidade à população, devem assumir as responsabilidades nas suas esferas de competência na promoção dos direitos das mulheres e na valorização da sua participação aos vários níveis da vida local.-----

---A igualdade na vida continua a ser o combate do nosso tempo! O que pressupõe dar combate às causas económicas e sociais na génese da exploração laboral, das desigualdades e discriminações sobre as mulheres, que em si mesmas alimentam e reproduzem permanentemente diversas dimensões da violência. -----

---A Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:-----

- Saudar todas as mulheres, trabalhadoras da autarquia, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações, que vivem, estudam e trabalham em Vila Nova de Famalicão e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho.-----

- Saudar as organizações representativas de mulheres, com particular destaque ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM) pela realização da Manifestação Nacional de Mulheres a 5 de março no Porto e a 12 de março em Lisboa, sob o lema “Exigência de igualdade na vida, os direitos das mulheres não podem esperar”! -----

- Remeter esta moção ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).” -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“Não ignora o PS que no estrito plano da legalidade o controle do mérito é insindicável a não ser no plano político. -----

---Não ignora o PS que, tendo ganho as eleições, o PSD/CDS podem e devem governar. Porém, se da perspetiva da legalidade estrita o mérito é insindicável já não é de todo assim, nem pode ser, no plano político onde as oposições têm o dever de lembrar ao poder instituído as boas práticas, a democracia participativa e os princípios gerais de direito como o princípio da igualdade da proporcionalidade e da justiça. -----

---Vem esta introdução a propósito da última edição do Jornal de Famalicão, datada de 24/02/2022, que acusa o Gabinete do Edil Mário Passos de perseguição política, tentativa de silenciamento e condicionamento e de tentar instituir uma ditatorial lei da rolha inaceitável, desmedida, antidemocrática, vergonhosa até, em plena segunda década do século XXI. -----

---Para que dúvidas não restem de que o presente voto de protesto não é mera jogada de aproveitamento político do PS transcreve-se aqui parte da notícia que referencia o seguinte a propósito do comportamento do Gabinete de Mário Passos: ”Uma linha de pensamento muito semelhante aquilo que noutros tempos era a linha mais dura do Regime através do Secretariado Nacional de Informação (SNI) que tudo controlava e condicionava e que, sob a batuta de António Ferro, também desvalorizava e desprezava a liberdade de pensamento e da expressão, garantindo apenas estar a corrigir pensamentos mais transviados daquilo que era a verdade do regime” (SIC). -----

---Ora, é deveras singular e muito, muito preocupante que em pleno século XXI, num regime de democracia participativa plasmado no artigo 268.º da Constituição da República Portuguesa, sejam denunciadas estas tiques ditatoriais por parte de um órgão executivo que segundo o princípio da legalidade está obrigado aos princípios da primazia

e da prevalência da lei. É preocupante que o Mário Passos candidato, logo no primeiro carnaval após o início do seu mandato, ao arrepio daquilo que prometeu aos famalicenses, descarte as responsabilidades políticas assumidas e persiga desta forma um órgão de informação concelhio apenas porque este não obedece às linhas ditatoriais do seu gabinete de comunicação. É muito preocupante quando uma profunda crise de valores afasta os cidadãos da política e se torne este nobre exercício em ação musculada de imposição antidemocrática do poder, do dinheiro e das inerentes faculdades de contratação.-----

---Na verdade, num tempo em que a comunicação com os cidadãos é cada vez mais digital é, ridículo ao menos, que continue a imperar como pressuposto de candidatura uma forçada exigência de publicações em papel. Os conteúdos digitais saúdam-se como solução do futuro, quer por razões ambientais evitando o abate massivo de árvores para a produção de papel, quer por razões democráticas porque assim a verdadeira informação chegará em conteúdo digital a mais famalicenses. -----

---Numa penada, ao abrigo da manigância de exigir publicações em papel, Mário Passos afastou do dinheiro de todos os municípios famalicenses uma parte importante da imprensa livre de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente os importantes órgãos de informação Jornal de Famalicão, Notícias de Famalicão e Vila Nova. -----

---O PS não governa porque perdeu as eleições, mas fiscaliza! Assim, não pode senão deixar de lamentar esta antidemocrática atitude do Gabinete de Mário Passos e apresentar com profunda convicção o presente voto de Protesto. A bem de todos os famalicenses, a bem da transparência e da Justiça!" -----

---Entretanto, relativamente ao voto do CHEGA, o PS irá aprovar apenas a saudação aos profissionais de saúde; relativamente ao voto do Dr. Jorge Ortiga, é evidente que nos associamos e, portanto, subscrevemos também esta nova atitude do PSD; relativamente ao voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor, também estamos...o Eng. Paulo Pinto já se pronunciou sobre isso; como é obvio, irá ser lido o nosso voto relativamente ao voto de Pesar; aprovamos favoravelmente o voto da CDU, a propósito das mulheres, ainda

falta fazer muito a propósito das mulheres e, portanto estamos solidários com este voto da CDU; relativamente ao CDS, e ao que se passou no CHMA, queremos apenas dizer que estão esquecidos. Há seis anos, os edifícios, os tais que não prestam para nada, as tais condições... -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado Jorge Costa, posso pedir-lhe um favor? Nós estamos na fase da apresentação dos votos, razão pela qual, enfim, a pessoa ou leu o voto, ou intervém a propósito do conteúdo desse voto. Eu depois darei a palavra para as inscrições, darei a palavra para os comentários políticos em relação a todos os votos. -----

---Pedia agora que do PSD fizesse a apresentação, a menos que queiram... Nós temos o voto de Pesar sobre o falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes e temos o voto de Saudação relativo a D. Jorge Ortiga e também a proposta da Comissão de Eventual de Estudo e Recomendação sobre o Hospital. Não sei se pretendem... fazem os três? Muito bem, tem a palavra Senhora Deputada. -----

---BEATRIZ SOUSA (PSD) - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“O dia 5 de junho de 1999 foi especial para Vila Nova de Famalicão. Nesse dia foi tornada pública a nomeação, para Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, de D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, ilustre famalicense, natural da freguesia de Brufe, que poucos dias depois, a 29 de junho, no Vaticano, recebe das mãos do Papa João Paulo II, o “Palium” de Metropolitana, tomando posse como Arcebispo a 18 de julho na Sé Catedral de Braga. -----

---Acompanhou o pontificado de sete Papas, esteve à frente da Arquidiocese de Braga durante 22 anos, foi Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e o principal responsável pela canonização de S. Bartolomeu dos Mártires. -----

---Aos 77 anos de idade, na hora da despedida da arquidiocese de Braga, num episcopado marcado pela proximidade às pessoas, pois como o próprio sempre disse nunca se sentiu

muito bispo do palácio, andando mais fora do que dentro, a Assembleia Municipal de Famalicão delibera aprovar um Voto de Saudação a D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga.”

---**DANIELA TORRES (PSD)** - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“O Monsenhor Joaquim Fernandes deixou-nos no passado dia 08 de fevereiro. Tinha 105 anos, 105 anos bem vividos. Homem de fé e cultura, de proximidade social, genuíno defensor das grandes e das pequenas causas, nada lhe era indiferente. -----

---Foi pároco, arcepreste e cónego capitular. Por sua força, esforço e vontade nasceu o atual Centro Pastoral e Cívico, a nova Igreja Matriz, a Creche - Mãe e Jardim-Escola, a Residência Paroquial e Centro de Dia (para idosos) em Mões. -----

---O Monsenhor Joaquim Fernandes, é uma das personalidades mais marcantes da sociedade famalicense do século XX. -----

---O Monsenhor Joaquim Fernandes deixou-nos, mas o seu legado jamais sairá da memória famalicense. -----

---Pelo exposto a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibera aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes, endereçando à Igreja e à sua família as mais sentidas condolências, solidarizando-se na sua dor e na sua perda.”

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---“Na madrugada da passada terça-feira, dia 22 de fevereiro, o Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica do Centro Hospitalar do Médio Ave, foi palco de uma brutal agressão, a mais violenta que há registo no Serviço Nacional de Saúde. -----

---Um segurança de serviço e dois profissionais de saúde foram brutalmente espancados por elementos de uma família de etnia cigana. No meio do caos, os utentes que estavam no Serviço de Urgência tiveram de fugir, o mesmo acontecendo com os demais profissionais de saúde. -----

---A situação de terror vivida no CHMA chocou Portugal, indignou os portugueses e causou revolta aos famalicenses. -----

---Neste contexto o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

1. Condenar o ataque perpetrado no CHMA e manifestar a sua profunda Solidariedade aos agredidos, bem como a todos quanto testemunharam aqueles atos de violência, desejando-lhes uma rápida recuperação física e psicológica; -----

2. Recomendar ao Governo, na pessoa da Senhora Ministra da Administração Interna, que rapidamente avalie a denuncia da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, a qual considera que "as agressões aos profissionais de saúde do Hospital de Famalicão evidenciam falta de meios humanos e materiais". -----

3. Recomendar, ao Governo e à Assembleia da República, que promova uma profunda reflexão e discussão no sentido de alterar a natureza deste tipo de crime, para natureza pública, pois não se pode permitir que o medo impeça a aplicação da justiça por não haver denúncia. -----

4. Constituir, nos termos do artigo 27º do Regimento uma Comissão Eventual de Estudo, composta por 9 elementos, tendo por objetivo diagnosticar a dimensão, à escala do município, dos crimes cometidos contra profissionais do Estado (Administração Central e Local) em exercício de funções (escolas, unidades de saúde, segurança social, tribunal, conservatórias, repartições de finanças e demais repartições e serviços públicos), devendo apresentar o seu relatório e conclusões no prazo de 120 dias." -----

---**ANA FERNANDES (PS)** - Leu o Voto que é do seguinte teor: -----

---"O Grupo parlamentar do PS manifesta o seu pesar pelo falecimento, no passado dia 3 de fevereiro, aos 94 anos, de António Martins Vieira, historiador local famalicense. -----

---Martins Vieira foi docente da disciplina de História, tendo também dedicado a maior parte da sua vida ao estudo do património cultural do nosso concelho, contribuindo para o conhecimento das nossas raízes culturais identitárias. -----

---Publicou vários artigos sobre o património cultural, sobretudo religioso, do concelho de Famalicão, sendo também autor dos livros “Cruzes e Cruzeiros no Concelho de Famalicão” e “As Capelas no Concelho de Famalicão”. -----

---Colaborou com a Câmara Municipal, durante a presidência do Partido Socialista, no restauro da Capela da Lapa e na instalação do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa.-

---Ao longo da sua vida sempre evidenciou a sua forte dimensão cívica e dedicação à causa pública, nomeadamente através do estudo e manutenção da memória, cultura e tradições do nosso povo. -----

---Assim, os deputados do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõem um Voto de Pesar pela sua morte.” -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Leu o Voto que é do seguinte teor:-----

---“O Grupo Municipal da CDU não quer deixar de enfatizar o seu profundo reconhecimento pelo importante papel que os bombeiros voluntários desempenham no nosso País, com compreensível relevo para as corporações sedeadas no nosso concelho.

---Os bombeiros voluntários são a primeira linha e, em muitos casos, a única linha de proteção civil no combate a incêndios, no socorro aos sinistrados ou no auxílio aos doentes. Foram também, estas mulheres e homens que estiveram na linha da frente no combate à Covid-19. -----

---Queremos ainda dizer que, não obstante o importantíssimo papel que desempenham na sociedade, não lhes é reconhecido através do financiamento essa mesma importância em função dos serviços que prestam à comunidade. -----

---Neste transversal reconhecimento a todas as corporações de bombeiros, nacionais e concelhios, permitimo-nos destacar com reconhecimento e congratulação os 95 anos ao serviço dos famalicenses, a Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:-----

- Congratular todas as mulheres e homens que integram as corporações de bombeiros e, especialmente, os Bombeiros Voluntários Famalicense e que prestam e prestaram serviços de relevante interesse à população famalicense; -----

- Saudar as comemorações que têm início no dia 5 de março, com um jantar/concerto, em que se pretende assinalar o dia 27 de junho, comemorativo dos 95 anos de existência e história dos Bombeiros Voluntários Famalicense;-----

- Remeter este voto de congratulação aos Bombeiros Voluntários Famalicense.”-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Agora sim, e terminando o que estava a fazer há bocado, também nos vamos associar a este voto lido agora pela CDU e, relativamente ao voto do CDS, apesar de reconhecermos a fundamentação quanto à condenação da agressão aos profissionais de saúde ocorrida no CHMA, temos que nos abster. O CDS esqueceu-se que há seis anos as responsabilidades governativas eram suas, o tempo do pafismo não foi assim há tanto tempo. Portanto, não é de hoje, nem é deste dia que as forças de segurança estão no Quartel onde estão, quer a GNR, quer a PSP, e vir aqui, apenas seis anos depois, dizer que esse é o problema, é fazer de conta que estamos todos esquecidos, mas não estamos. -----

---Relativamente ao voto do PSD, relativamente à Comissão de Estudos, estamos de acordo em integrar esta Comissão e com considerando primeiro e com considerando segundo, não podemos é estar de alguma forma de acordo que numa agressão há falta de meios. Uma agressão é uma agressão, é violação de lei! Hajam os meios que houverem, se houverem pessoas mal-intencionadas que não cumpram a lei, dar-se-á sempre uma agressão. Não nos subscrevemos neste ponto segundo. Também não entendemos que leis mais graves mudem seja o que for. Se calhar acompanhar socialmente este tipo de problemas, se calhar perceber que a formação humana, a definição de regras é mais importante do que leis rígidas que muitas vezes não levam a lado algum. -----

---Em razão disso, vamos abster no voto do CDS e neste voto do PSD. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente ao voto do CHEGA, eu queria dizer que se tratou apenas de uma intervenção, de considerações, nem se percebe exatamente aquilo que estamos a votar. E eu pedia exatamente isso, um voto de esclarecimento para perceber exatamente aquilo que estamos a votar, se é efetivamente aquilo que nós recebemos em mão ou tudo aquilo que acrescentou até então. -----

---Relativamente ao voto do PS, aliás, o voto de condenação, de solidariedade e de recomendação, queremos propor a retirada da alusão da etnia cigana porque acho que não é a etnia que deve ser julgada, mas sim o ato em si e, portanto, todo o resto obviamente que merece o nosso voto e o nosso acompanhamento. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Também dar conta daquilo que são as indicações de voto do Grupo Municipal do PSD relativamente aos documentos que estivemos até agora a discutir. E, nesse contexto, afirmar que o PSD votará favoravelmente a proposta de Louvor apresentada pelo CHEGA, de Louvor aos profissionais de saúde do município de Vila Nova de Famalicão, mas também de reconhecimento, de mérito e aos funcionários da Câmara Municipal envolvidos na luta contra a pandemia. Acompanharemos o voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Professor António Martins Vieira, naturalmente, também pelo falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes; votaremos favoravelmente os dois votos apresentados pela CDU de Congratulação dos 95 anos dos Bombeiros Voluntários Famalicenses e do Dia Internacional da Mulher - 8 de março; relativamente ao voto de Condenação, de Solidariedade, e Recomendação e proposta de Constituição de uma Comissão Eventual de Estudo do PSD, é evidente que o PSD irá votar favoravelmente, mas queria apenas aqui dar uma, duas notas, a primeira é de que o Grupo Municipal do PSD está disponível para, se for assim o entendimento, fazermos votações em separados dos respetivos pontos tal e qual como permite o Regimento; em segundo lugar, dizemos que respeitamos naturalmente a opinião contrária sobre aquilo que é o nosso ponto de vista, no sentido de que este tipo de crimes à ofensa à integridade física contra

profissionais do estado no exercício de suas funções devia assumir natureza pública, resulta do facto de que ao assumir esta natureza, naturalmente que o procedimento criminal nunca depende de queixa. E, ao depender de queixa, naturalmente pode imperar o medo. E o que nós queremos exatamente, e o que gostaríamos, era de que essa reflexão se fizesse no sentido de que, com esta alteração da natureza do crime para natureza pública se possa permitir que o medo não impeça efetivamente a aplicação da justiça. -----

---Quanto à questão do ponto dois, o ponto dois nós não afirmamos nem queremos de facto focar a questão nos meios de segurança ou na falta deles, ou na ausência deles. Não é esse o propósito. Aquilo que é importante mesmo, é focarmos nos atos criminosos que foram praticados no Centro Hospitalar do Médio Ave. Mas há uma denúncia por parte da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia. Não sabemos se é verdadeira, se faz sentido ou não faz sentido e, por isso, e tão só recomendamos que a mesma possa ser avaliada pela Senhora Ministra.-----

---Depois, e para terminar, quanto ao voto de Protesto do Partido Socialista, nós não o iremos acompanhar, que não acompanhamos nos considerandos, e depois dizer três coisas: a primeira, é que a aquisição de espaço solicitado na Comunicação Social é contratualizada em função da especificidade da Comunicação que se pretende promover e dos próprios órgãos de Comunicação Social que tem, como sabemos, plataformas distintas. Depois, dizer que, tanto nos é dado a saber, a aquisição de espaço publicitário assenta em concursos públicos que tem a sua natureza devidamente fundamentada em função das necessidades do município.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Vamos então ao voto do CHEGA, ao voto de Louvor a todos os profissionais de saúde e funcionários administrativos da Câmara Municipal de Famalicão que estiveram na linha da frente no combate à pandemia: -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR DO CHEGA A TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DA

CÂMARA MUNICIPAL DE FAMALICÃO QUE ESTIVERAM NA LINHA DA FRENTE NO COMBATE À PANDEMIA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O Senhor Primeiro Secretário pede-me que se faça a contagem fila a fila porque assim não sabe, uma vez que é presencial, quantos são. -----

---Vamos fixar a composição da Assembleia por esta votação e, a partir daí, faremos como a anterior, pressupondo-se que, quando se refere a cada um dos grupos, é este o número de pessoas respetivas que constituem o grupo que está a ser tido em conta. E, por isso, vamos agora ao Voto da CDU sobre o Dia Internacional da Mulher - 8 de março. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DA CDU DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.---

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Vamos agora ao Voto de Protesto do Partido Socialista relacionado com a imprensa. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO DO PS SOBRE O GABINETE DE IMPRENSA. FOI O MESMO REJEITADO, COM CINQUENTA VOTOS CONTRA, DEZASSEIS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Joaquim Fernandes, os três votos consensualizados. Aguardaremos um minuto de silêncio no final deste período de Antes da Ordem do Dia. -----

---POSTO À VOTAÇÃO OS TRÊS VOTOS DE PESAR PELO FALECIMENTO DO MONSENHOR JOAQUIM FERNANDES. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

--PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Voto de Saudação relativo ao Senhor D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas. --

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO A D. JORGE FERREIRA DA COSTA ORTIGA. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

--PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Voto de Condenação, de Solidariedade, de Recomendação e Proposta de Constituição de uma Comissão Eventual de Estudo, do PSD, votada ponto por ponto como solicitado pelo líder do Grupo Municipal do PSD, Dr. Jorge Paulo Oliveira. Eu começo pelo ponto um: “Condenar o ataque perpetrado no CHMA e manifestar a sua profunda Solidariedade aos agredidos, bem como a todos quanto testemunharam aqueles atos de violência, desejando-lhes uma rápida recuperação física e psicológica.”-----

---POSTO À VOTAÇÃO O PONTO UM: CONDENAR O ATAQUE PERPETRADO NO CHMA E MANIFESTAR A SUA PROFUNDA SOLIDARIEDADE AOS AGREDIDOS, BEM COMO A TODOS QUANTO TESTEMUNHARAM AQUELES ATOS DE VIOLÊNCIA, DESEJANDO-LHES UMA RÁPIDA RECUPERAÇÃO FÍSICA E PSICOLÓGICA. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.---

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O ponto dois: “Recomendar ao Governo, na pessoa da Senhora Ministra da Administração Interna, que rapidamente avalie a denuncia da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, a qual considera que “as agressões aos profissionais de saúde do Hospital de Famalicão evidenciam falta de meios humanos e materiais”.”-----

---POSTO À VOTAÇÃO O PONTO DOIS: RECOMENDAR AO GOVERNO, NA PESSOA DA SENHORA MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, QUE RAPIDAMENTE AVALIE A DENUNCIA DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA, A QUAL CONSIDERA QUE “AS AGRESSÕES

AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO HOSPITAL DE FAMILIÇÃO EVIDENCIAM FALTA DE MEIOS HUMANOS E MATERIAIS”. FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O ponto três: “Recomendar, ao Governo e à Assembleia da República, que promova uma profunda reflexão e discussão no sentido de alterar a natureza deste tipo de crime, para natureza pública, pois não se pode permitir que o medo impeça a aplicação da justiça por não haver denúncia.”-----

---POSTO À VOTAÇÃO O PONTO TRÊS: RECOMENDAR, AO GOVERNO E À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, QUE PROMOVA UMA PROFUNDA REFLEXÃO E DISCUSSÃO NO SENTIDO DE ALTERAR A NATUREZA DESTA TIPO DE CRIME, PARA NATUREZA PÚBLICA, POIS NÃO SE PODE PERMITIR QUE O MEDO IMPEÇA A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA POR NÃO HAVER DENÚNCIA. FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Finalmente o ponto quatro: “Constituir, nos termos do art.º 27º do Regimento uma Comissão Eventual de Estudo, composta por 9 elementos, tendo por objetivo diagnosticar a dimensão, à escala do município, dos crimes cometidos contra profissionais do Estado (Administração Central e Local) em exercício de funções (escolas, unidades de saúde, segurança social, tribunal, conservatórias, repartições de finanças e demais repartições e serviços públicos), devendo apresentar o seu relatório e conclusões no prazo de 120 dias.”-----

---POSTO À VOTAÇÃO O PONTO QUATRO: CONSTITUIR, NOS TERMOS DO ARTº 27º DO REGIMENTO UMA COMISSÃO EVENTUAL DE ESTUDO, COMPOSTA POR 9 ELEMENTOS, TENDO POR OBJETIVO DIAGNOSTICAR A

DIMENSÃO, À ESCALA DO MUNICÍPIO, DOS CRIMES COMETIDOS CONTRA PROFISSIONAIS DO ESTADO (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL) EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES (ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE, SEGURANÇA SOCIAL, TRIBUNAL, CONSERVATÓRIAS, REPARTIÇÕES DE FINANÇAS E DEMAIS REPARTIÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS), DEVENDO APRESENTAR O SEU RELATÓRIO E CONCLUSÕES NO PRAZO DE 120 DIAS. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O voto relacionado com o Hospital de Famalicão e as agressões cometidas (CDS-PP). -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO DO CDS-PP. FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Voto de pesar pelo falecimento do Professor António Martins Vieira apresentado pelo PS. Aguardaremos também o mesmo minuto de silêncio -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PS PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR ANTÓNIO MARTINS VIEIRA. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Por último, o voto de Congratulação relativo aos 95 anos dos Bombeiros Voluntários Famalicenses apresentado pela CDU. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO RELATIVO AOS 95 ANOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FAMILICENSES. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Vamos então aguardar um minuto de silêncio pelos dois votos de Pesar apresentados. -----

---Procedeu-se ao minuto de silêncio-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Entraremos agora no período da Ordem do Dia, cujo primeiro ponto são as informações do Senhor Presidente de Câmara Municipal. -----

---Pede-me o Senhor Primeiro Secretário que se vote as atas das sessões anteriores, sendo que a primeira a ata da sessão de 6 de dezembro de 2021. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – A ata do dia 30 de dezembro de 2021. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:

-----**ORDEM DO DIA**-----

PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Permitam-me só três ou quatro notas no que respeita a este primeiro ponto da ordem de trabalhos. Primeiro: Para informar acerca das diligências que a Câmara Municipal desenvolveu no que diz respeito ao ato bárbaro que foi perpetrado, e aqui já falado, ao nosso Hospital, Hospital de Vila Nova de Famalicão, Hospital de nós todos. E, como é sabido, desde logo, a Câmara Municipal se opôs a este ato, condenou este ato de forma imediata, prestando também por via de

contacto telefónico que desenvolvi com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital, Dr. António Barbosa, disponibilizando todo o apoio que porventura necessitasse. Telefonei às vítimas para saber se necessitavam e disponibilizando também todo o apoio, nomeadamente jurídico e psicológico, e devo dizer-vos já agora, acerca do seu estado, que estão a recuperar bem. Desenvolvi também uma reunião de urgência com o Comando das Forças da Polícia da Segurança Pública e o Hospital, por forma a que pudéssemos analisar de imediato este ato. Desde logo a PSP se prontificou para incrementar a Unidade de Investigação Criminal para que, de forma célere, fossem identificados os culpados e que fossem levados à Justiça e que sejam um exemplo para que outros atos como este não sucedam em Vila Nova de Famalicão. -----

---Eu já fiz várias considerações públicas acerca deste ato, desde logo, e como aqui também foi dito, ficou bem evidenciado a falta de meios da Polícia da Segurança Pública, e mais que isso, e talvez pior do que isso, uma falta notória de interação entre a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana e que fiz um apelo claro e inequívoco por vias dos meios da comunicação social e vamos fazer chegar por via escrita ao Governo de Portugal, por forma a que uma coisa simples como criar em cada território a interação necessária entre as forças de segurança e, com isto, não é necessário mais meios porque fazendo desta forma, havendo protocolos de atuação para situações de exceção como é esta, nós conseguiríamos em muitos casos resolver o problema. -----

---Dizer-vos, ainda, no que respeita à invasão de um país soberano como é a Ucrânia, um país democrático e livre que foi invadido por um país como sabem autocrático, também nós já, de forma pública, solidarizamos com o povo ucraniano por via da comunidade ucraniana em Famalicão, disponibilizando também para eles, para aqueles que porventura possam vir para Famalicão, nomeadamente os familiares e amigos que a Câmara Municipal também estará disponível para apoiar.-----

---Dizer-vos, também, no que concerne a estes quatro meses e meio que passaram desde a tomada de posse deste novo executivo, que já desenvolvemos muitas ações como é

sabido. Desde logo, no Centro de Saúde daqui da cidade, a largada de recolha de doentes é uma realidade à porta deste Centro de Saúde, coisa que nunca sucedeu, em Famalicão, nomeadamente nesta Unidade de Saúde Familiar, que acrescentamos aos vários apoios que temos no âmbito social, as consultas de natureza dentária ou de Medicina Dentária para que os nossos carenciados que porventura necessitem, também não seja por causa de dinheiro ou falta de recursos que não tenham esta possibilidade de tratar dos seus dentes e desta forma ter qualidade de vida. -----

---Também, no que respeita ao ambiente, como é sabido, nós já colocamos à disposição dos 10% de famalicenses que não tem rede de saneamento à porta, um serviço de igual custo àqueles que têm rede, por forma a que, desde já, tenhamos uma prestação no âmbito deste serviço a 100% dos famalicenses. -----

---Relativamente a uma questão que também nos incomoda, que nos perturba, que tem a ver com a seca, como é sabido, que começa a afetar-nos de forma muito grave, a Câmara Municipal foi dos primeiros municípios do país, isso foi bem evidenciado pelas televisões, que nós fomos pioneiros no que respeita a esta matéria e a nossa sensibilidade que cremos com ela contagia também todos os famalicenses, por forma a que a poupança de água seja uma realidade. -----

---No que respeita aos transportes, presumo que o circuito do Voltas também é uma realidade. Iniciou-se também no mês transato, de janeiro. -----

---Como presumo que, também é sabido, o policiamento de proximidade também foi acrescentado, nomeadamente por via da Polícia Municipal na cidade, criando rondas próprias para o efeito com paragens obrigatórias num conjunto de pontos que consideramos sensíveis, por forma a que as pessoas se sintam cada vez mais seguras. ---

---No que respeita, e é mais uma informação importante, ao Teatro Narciso Ferreira, devo informar-vos que os serviços que estavam em falta e as respetivas licenças por via da ANPC e da Direção Geral da Cultura são uma realidade, estão concretizadas, quer a

internet, quer estas licenças, está pronto para abrir neste momento e abrirá no próximo mês. -----

---Estas são algumas das notas que queria deixar no âmbito deste primeiro ponto de informações e, obviamente disponibilizando para os outros pontos, ou para qualquer questão que queiram colocar. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Antes de mais, nesta que é a minha primeira intervenção desde as eleições legislativas, queria aproveitar a ocasião para saudar todos os famalicenses que de forma cívica e esclarecedora votaram no dia 30 de janeiro, permitindo que o Partido Socialista alcançasse uma grande vitória totalmente esclarecedora. -----

---Nalgumas intervenções que ouvimos aqui, parece que as eleições já foram há muito tempo, mas não, foram há menos de um mês que os famalicenses e os portugueses foram chamados a decidir e a votar.-----

---Também queria aproveitar a ocasião para saudar os senhores dois Deputados famalicenses eleitos, podendo contar que, da minha parte, todo o apoio necessário, e quem está atento em algumas promessas que foram feitas em período de campanha, e ver se os atos vão corresponder àquilo que foi dito. -----

---Senhor Presidente da Câmara, neste ponto existem algumas perguntas que eu lhe fiz na última Assembleia, que algumas não foram respondidas e outras foram resolvidas de certa forma, mas que parece que os efeitos não estão a ser os devidos, mas cá voltaremos. Queria-lhe apresentar outra pergunta e antes apresentar-lhe um conselho, não é um conselho, não tenho moral nenhuma para dar conselhos, mas uma sugestão. À semelhança do que fiz com o seu antecessor, nas informações que V. Exa. nos transmite há um item que é “Transferência para as Juntas”, onde vem aquelas transferências que são aprovadas para as devidas Juntas de Freguesias. Para nós podermos fazer o papel que nos compete, é importante não só saber aquilo que é aprovado, mas aquilo que não foi aprovado ou que está pendente de aprovação. Só assim, nós podemos fazer um verdadeiro escrutínio no

que é aprovação e desta rubrica. Fica o apelo! Espero bem que não faça exatamente o mesmo que o seu antecessor e nos possa facultar essa informação. -----

---Senhor Presidente, uma pergunta muito clara, concreta e concisa, para a qual peço a sua resposta também clara e concreta: Pateiras de Fradelos. Uns meses antes das eleições, a maioria do executivo que estava a governar suspendeu esse projeto. Até agora não temos tido qualquer informação de como é que está a situação. O projeto vai continuar? Não vai continuar? Os fradelenses e os famalicenses podem estar sossegados? Peço que possa ser conciso na resposta. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Senhor Presidente, -----

---Os transportes públicos assumem uma importância central e decisiva na definição de políticas de mobilidade sustentáveis, capazes de assegurar o direito das populações à mobilidade, não só entre a casa e o trabalho, mas para o lazer, o acesso à cultura, o convívio familiar e as deslocações em geral. São também um aspeto decisivo para promover o desenvolvimento e a coesão económica, social e territorial, no contexto de uma acentuada melhoria ambiental, que pressuponha uma vincada redução da emissão de gases de efeito de estufa e de outros poluentes com efeitos nocivos na saúde humana e nos ecossistemas. -----

---No entanto, a mobilidade continua a ser tratada predominantemente, ou mesmo exclusivamente, na perspetiva do transporte individual. Por exemplo, dará que pensar que ao nível da União Europeia e do tão badalado “Pacto Ecológico Europeu” não se mencione uma única vez a expressão “transportes públicos”. -----

---Alega-se que nas políticas e nas orientações vigentes para o sector dos transportes e da mobilidade estão prioridades que vêm sendo incessantemente proclamadas, como é o caso das ditas transições verde e digital. -----

---Mas então olhemos para a realidade local! Com a renúncia do grupo britânico de transportes - Arriva, esta Câmara Municipal garantiu uma nova concessão com a Transdev, que e passo a citar “(...) vai fazer as mesmas carreiras nos horários habituais.” Senhor Presidente, basta contactar com as populações para perceber a urgência na melhoria e reforço nesta forma de mobilidade.-----

---Mesmo dentro do concelho falamos de realidades muito diversas, com freguesias que, por exemplo, o número de ligações é preocupantemente reduzido, com horários escandalosamente desfasados, com carreiras que falham os serviços, ou a supressão de serviços justificadas pelas interrupções letivas. -----

---Sabemos que os transportes públicos custam muito dinheiro ao município, lembrar, por exemplo, o projeto Mobi.Ave que entrega à Associação de Municípios de Fins Específicos a gestão do sistema de transportes públicos rodoviários nos Municípios de Santo Tirso, Trofa e Famalicão. Ora, se o município faz uma aposta deste tipo, gostaríamos de assistir na prática ao reforço e melhoria da mobilidade, consequentemente melhorando a sua qualidade e abrangência. Lembrar que a desvalorização do transporte público, a sua progressiva degradação e encarecimento, são consequências diretas das políticas que apontam à mercantilização dos transportes públicos, onde a obtenção do lucro está acima de prioridades como estar ao serviço da população. -----

---Por outro lado, valorizar o anúncio feito ao dia 24 de fevereiro da intenção de aquisição do título “Andante”, procurando reduzir o custo do transporte público. Valorizamos o facto deste executivo reconhecer medidas e projetos do Partido Comunista Português, procurando seguir os exemplos da cidade de Lisboa e Porto. -----

---Deste modo, gostaríamos de ouvir o pronunciamento do Senhor Presidente sobre o assunto em que se apoia as nossas interrogações:-----

- Reconhece a necessidade de reforço do número de linhas e horários dos transportes públicos? -----

- O projeto Mobi.Ave apresenta aos famalicenses um maior reforço de linhas e horários?
Que quantidade exata nos referimos? -----

- Sabendo que o recurso à empresa Transdev é temporário e que o Projeto Mobi.Ave abrange os concelhos de Famalicão, Trofa e Santo Tirso, de que forma será feita a cobertura dos transportes públicos entre os concelhos de Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão? -----

---Termino com uma última questão/sugestão. Não seria o momento de voltar a municipalizar este serviço, assumindo este município uma verdadeira e fundamental aposta na questão da mobilidade? Parece-nos que entregar nas mãos de empresas privadas um serviço que deveria ser público apenas desvaloriza, persiste e agrava os problemas e carências aqui já identificados.”-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor Presidente de Câmara, -----

---Aqui num dos pontos relativos à cooperação institucional na área da educação, e porque nós, CHEGA, somos um partido recente, apenas com dois anos e meio, mas o que é facto é que as pessoas têm vindo de forma anónima, em sussurro, ter connosco levantando várias questões. Eu queria saber se vai haver alguma intervenção junto dos Concelhos Diretivos, junto dos Agrupamentos das Escolas, no sentido de saber sobre os conteúdos problemáticos que se dá aos alunos, por exemplo, eu inquiri vários professores, por que é que, por exemplo, se dá constantemente nas aulas de História, de Geografia o 25 de abril e não se fala no 25 de novembro, por exemplo. Depois, nas aulas de Cidadania, foi-me trazido este documento, por várias pessoas, de vários quadrantes políticos, repito, de vários quadrantes políticos, que me referiram que isto é uma vergonha o que se dá nas aulas de Cidadania! Ou seja, e eu que não me interessava muito pelo assunto, afinal, a família Mesquita Guimarães tem razão! E, vou ler aqui duas ou três perguntas. Repare Senhor Deputado, Jorge Costa, isto foi um questionário entregue a meninas e meninos de 12 anos. Repito, a meninas e meninos de 12 anos! Vou ler algumas das perguntas que se faziam a meninas e meninos de 12 anos: “(...) no decorrer de um orgasmo o homem

apresenta: Ejaculação e contrações dos órgãos genitais internos; dores musculares e sensação de cansaço. Outra Coisa: “(...) a ordem correta das diferentes fases de resposta sexual humana é: excitação, desejo, planalto, orgasmo e resolução.” E muitas outras barbaridades que por aqui andam. Isto é o caos instalado na sociedade, na educação, o ensino do ódio, o ensino da desordem social perpetrado pela esquerda. É preciso pôr um travão a isto, definitivamente! Eu tenho, pessoalmente, meus caros... -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Peço imensa desculpa, mas use a palavra para colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara. A introdução, eu suponho que já... -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Eu queria colocar a questão se o município vai ter alguma intervenção nos conteúdos programáticos da escola, porque me parece pertinente, nesta altura me parece pertinente, porque de facto isto é uma vergonha! Nós não podemos constantemente estar dependentes de uma cultura, enfim, do caos. -----

---São várias pessoas, várias famílias de vários quadrantes políticos que vêm ter connosco e nos entregam os respetivos documentos. Portanto, tirem as vossas conclusões. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Senhor Presidente, -----

---A CDU volta a insistir, uma vez mais, num assunto que apesar de ser de vital importância para as pessoas continua, recorrentemente, a ser ignorado pelo executivo camarário: para quando, senhor Presidente, a já tardia e quão necessária resposta a todos os famalicenses no capítulo da conclusão do saneamento básico no nosso concelho? -----

---É que a 27 de janeiro, e para nosso espanto, fomos confrontados com uma notícia na página do município, que passo a citar, “Serviço de saneamento em Famalicão chega aos 100%”. Maior espanto, quando no corpo da notícia refere que essa cobertura se deve à introdução do serviço de limpeza de fossas sépticas, mais concretamente, duas cisternas de recolha disponíveis, uma com capacidade para 6 m³ e outra para 10 m³.-----

---Duvidamos que o município interprete consciente e profundamente a grande insatisfação das pessoas, que estão cansadas de esperar pela solução mil vezes anunciada e sempre adiada, para desespero de muitas comunidades que, não beneficiando ainda desse serviço público, têm que recorrer a medidas excepcionais, nas lamentáveis condições de salubridade que todos conhecemos.-----

---Corremos o risco que um qualquer município que se faça anunciar de cisternas e/ou tratores possa afirmar que tem total cobertura do serviço de saneamento, mesmo que na sua prática a cobertura real seja de 50%. -----

---Daí se destaca, desde logo, uma gritante desigualdade em relação à generalidade das comunidades, o que não abona a favor da democracia, já que põe em causa o desenvolvimento harmonioso, a qualidade de vida e saúde pública das populações. -----

---No plano das prioridades, certamente que o senhor Presidente não discordará das razões que assistem às populações reclamantes - e são muitas - e, por isso mesmo, gostaríamos de ouvir o seu pronunciamento sobre o assunto: -----

---Qual a percentagem exata da cobertura efetiva de saneamento básico neste concelho?

---Que zonas deste concelho ainda não estão abrangidas por este serviço? -----

---Das zonas em que este serviço está coberto, e até porque temos conhecimento dessa realidade, o senhor presidente tem presente ou identifica aquelas que já se encontram em mau estado? -----

---Preocupa-nos que estas medidas excepcionais possam ser uma forma de adiar ou de nunca concluir a cobertura total de saneamento básico.”-----

---**RUI CARVALHO (PS)** - Já por duas ocasiões recebemos um email, por parte aqui desta Assembleia, dando conta de uma formação para Eleitos Locais. E, então, num dos módulos diz: “Estrutura e Funcionamento do Poder Local”. A inscrição é gratuita, já passou o dia, mas era importante alguns Deputados estarem presentes para saberem como é que funciona aqui a Assembleia.-----

---Passando ao outro ponto, nomeadamente à pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Na última Assembleia tive oportunidade de questionar o Senhor Presidente relativamente à verba que estava no orçamento para este ano, relativo à Pista de Atletismo. E o Senhor Presidente respondeu que, pela centésima vez, dizia-nos que era uma obra prioritária e que a mesma se ia fazer. Mas a minha questão na altura prendia-se com o facto de se o Senhor Presidente assumia perante todos que a mesma iria ser concluída durante este mandato. E essa resposta o Senhor Presidente não a deu. Fui questionado por vários famalicenses que assistiram a essa Assembleia Municipal, e todos bateram no mesmo ponto que foi: “não houve nenhuma resposta conclusiva relativamente a esse assunto.” Se há ou não esse compromisso deste executivo, dentro deste mandato, terminar a então famigerada pista de atletismo que tanta falta faz para o concelho?-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - No que concerne às Pateiras de Fradelos, como eu fiz referência muitas vezes, em Fradelos, que o Projeto Pateiras tinha terminado naquele formato. E, algumas pessoas, já percebi, que me conhecem mal. Quando eu falo de pessoas, digo pessoas aqui nesta sala, porque eu disse também muitas vezes que sou refém da minha palavra. E, portanto, o Projeto Pateiras não será novamente ressuscitado. Foi o que eu disse na altura e continuo a dizer. Haverá projetos de natureza ambiental, como a Live Project que está ou vai começar o seu desenvolvimento com as Águas do Norte, que tem características de mitigação das alterações climáticas, nomeadamente para a atenuação de cheias ou para os incêndios. Esse será o primeiro passo. E outro será a criação de percursos pedonais na freguesia aproveitando as zonas ribeirinhas que são muito bonitas, como sabem, naquela zona. Penso que fui claro!-----

---Relativamente aos transportes, a Senhora Deputada está um pouco desfasada, ou desatenta, porque na última reunião da Câmara Municipal nós aprovamos abertura dos procedimentos para o concurso público para a revolução dos transportes que queremos para Famalicão. Portanto, se estivesse estado mais atenta, porventura, já não teria colocado esta questão porque, como eu disse também no âmbito da minha campanha,

seria uma realidade em Famalicão. Se Deus quiser, há de ser uma realidade em Famalicão, porque o concurso também há de correr bem e, portanto, nós iremos ter muitas mais carreiras, iremos ter uma frequência de autocarros muitíssimo maior. Haverá também uma interligação, como sabem, porque nós temos uma relação muito grande socioeconómica com a área metropolitana do Porto, desde logo a começar pela Trofa e Santo Tirso. Portanto, também os famalicenses que para aí vão trabalhar, ou vice-versa, estarão apetrechados do território de transportes públicos de qualidade e amigos também do ambiente. Portanto, essa será uma realidade, e o concurso público vai abrir, foi a reunião de Câmara, há de vir brevemente a esta Assembleia Municipal. -----

---No que respeita aos conteúdos programáticos que foram aqui abordados de várias disciplinas, como presumo que sabe, a Câmara Municipal não tem absolutamente nenhuma competência nessa matéria e, portanto, nada podemos fazer. Pouco importa se concordemos ou discordemos. Isso compete ao Governo desenvolver esses mesmos conteúdos programáticos. -----

---Quanto ao saneamento básico que aqui foi referido e no âmbito das informações, nós temos na água uma rede que cobre cerca de 99% da população, e no saneamento, terminando as empreitadas que estão em curso, estão quase a terminar, ficaremos com 90% da população servida pela rede de saneamento. Obviamente que queremos evoluir, vamos continuar a desenvolver a rede, no entanto, porque achamos que a democracia é isto mesmo, todos os famalicenses devem pagar de igual forma. Colocamos este serviço, que referi há pouco, disponível para que o preço seja igual para todos e, portanto, digamos que é um serviço importante. -----

---Quanto à pista de atletismo, eu penso que já disse isto várias vezes, porventura poderá ser difícil interpretar as minhas palavras. Eu disse que a pista de atletismo será uma realidade, até porque, como sabem, nós somos ambiciosos e não queremos só a pista, queremos também ser uma cidade vencedora, a Cidade Europeia do Desporto em 2025.

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - O Senhor Presidente neste momento não dispõe de mais tempo. Não sei se os Senhores.... Suponho que não quererão fazer... Senhor Deputado quer usar a palavra? Mas é para colocar questões ao Senhor Presidente de Câmara que ele não vai poder responder. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Setembro de 2021, escassos dias das eleições autárquicas, a Câmara Municipal notícia a reabertura do Teatro Narciso Ferreira pelo então Presidente, Paulo Cunha.-----

--- A 23 de dezembro de 2021, o já Presidente, Mário Passos, informa que o Teatro afinal não reabriu por falta de fibra ótica e afirma e garante que em janeiro o Teatro já estará com programação. -----

--- Alguns dias depois, a 27 de dezembro, o Presidente Mário Passos afirma que o único problema é a falta de fibra ótica. Mas, afinal, ainda tem que assinar um contrato para um fornecimento de bens móveis, alguns dias depois. -----

---A 30 de dezembro, o Grupo Municipal do PS coloca duas questões objetivas, aqui na Assembleia Municipal sobre este assunto, e não obtém resposta do Presidente de Câmara.

---Em fevereiro de 2022, há uma nova notícia da Câmara Municipal a informar da desistência de uma programação prevista para março, isto depois do Presidente de Câmara afirmar perentoriamente que seria em janeiro. E, hoje, ficamos a saber que afinal ainda faltavam umas licenças e, como está escrito na informação do Presidente, havia também questões relacionadas com rede elétrica. -----

---Em boa verdade, o ponto aqui não se relaciona com o Teatro per si, também se relaciona com algumas coisas que têm sido comunicadas nas últimas duas décadas, como, por exemplo, a ciclovia começou a ser comunicada ainda no tempo do Presidente, Armindo Costa. A pista de atletismo que foi sempre vendida como sendo para já amanhã, hoje mais uma vez. Ou até mesmo a questão da rede de saneamento, como ficamos a saber hoje, ainda falta 10% da população. -----

---Perante isto, importa que o Senhor Presidente de Câmara Municipal esclareça os famalicenses, se continuará a comunicar obras, ações, intervenções em manhãs que nunca chegam, ou demoram décadas a chegar, ou se mudará a bitola dos seus antecessores e passará a dizer a verdade nua e crua, ainda que a mesma seja pouco agradável. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ora bem, a minha intervenção, até em jeito de pergunta, é sugerir ao Senhor Presidente que nos mande por escrito como tem feito a informação, e aqui se disponibilize para responder a perguntas. Este é um órgão de fiscalização, nós temos que perguntar. Você não pode gastar o tempo todo como gastou, sete minutos, a dizer coisas que estão aqui por escrito, a fazer uma sumula. Nós sabemos ler! E, portanto, peço, o Grupo Municipal do Partido Socialista, pede ao Senhor Presidente que, em vez de gastar o tempo com isso, mande os seus assessores escrever, nós lemos e depois perguntamos. Temos pouco tempo e é para perguntar, para fiscalizar. -----

---Bom, hoje pus na minha página do facebook a Ucrânia, e aqui, na Assembleia Municipal, ponho o Jornal de Famalicão, também em nome de uma imprensa livre, de um tratamento igual para todos, para todos, sem discriminação quem quer que seja. -----

---Senhor Presidente, pelos vistos o concurso que abriu, não disse nada sobre isto, mas o concurso que abriu privilegia as impressões em papel. Tem alguma coisa contra menos impressão em papel na era digital? Por que é que enxertou isto? Eu gostava de o ouvir. Por que é que enxertou esta realidade que inibe que alguma da imprensa consiga concorrer aos dinheiros da Câmara e à publicidade da Câmara? -----

---Terceira questão: A Câmara tem abatido dezenas e dezenas de árvores. Eu não falaria se fosse uma ou duas. Já sei que o carvalho de Joane foi como foi, mas sei também que na Praça D. Maria foi como foi e sei que agora vai ser no centro da cidade, como já está anunciado. E sei que são toneladas e toneladas de madeira. A pergunta é simples, Senhor Presidente: Que é feito desta madeira? Quem a recebeu? A venda dela deu quanto ao erário público? Perguntas mais concretas que estas... e até agora ouvimos zero sobre a matéria. Perguntas mais concretas que estas não pode haver. -----

---RUI CARVALHO (PS) - Ó Senhor Presidente, esta intervenção vai no sentido que o Senhor Presidente me respondeu há pouco, mais uma vez, que isto é uma questão de interpretação e que já explicou centésima vez. Eu só queria uma resposta! Ou sim ou sopas! A pergunta é: O Senhor Presidente compromete-se perante todos que neste mandato vai concluir a pista de atletismo? É só responder: sim ou não! -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Também gostaria de aproveitar esta circunstância para felicitar, à semelhança do Partido Socialista, todos os famalicenses que participaram massivamente no último ato eleitoral, felicitar todos aqueles que estiveram nas mesas de voto, felicitar todos aqueles que estiveram envolvidos diretamente nas direções de campanha de cada uma das forças políticas e, naturalmente, felicitar o Dr. António Costa pela retumbante vitória que teve no país, felicitar o Partido Socialista por essa vitória no país, felicitar o Partido Socialista de Vila Nova de Famalicão pela vitória expressiva que teve no nosso concelho e desejar, como já o havia feito anteriormente, melhor dizendo, renovar o desejo democrático das maiores felicidades ao agora eleito Vereador, Eduardo Oliveira. -----

---Dito isto, e aproveitando também a circunstância do Senhor Presidente da Câmara não ter tempo para responder, eu pedirei tolerância à Senhora Deputada Tânia Silva por, de certa forma, responder em nome da Câmara com base naquilo que são, também, naturalmente, o conhecimento que nós temos de algumas das matérias. E, respondendo então a alguma das questões que colocou, não necessariamente a todas... -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado, com toda a estima, não me faça isso, senão já está a ver o que vai acontecer. Está bem? -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Pois!-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Há aqui uma possibilidade regimental, como o Senhor Deputado sabe, que é de se alargar o tempo a todos os Grupos e ao Senhor Presidente de Câmara e por maioria da mesa podemos fazer isso. Não pode expor aquilo que quer.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Eu compreendo, Senhor Presidente, vou respeitar escrupulosamente o regimento. Peço desculpa por ter-me esquecido desse pormenor.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Senhor Presidente e restante Mesa, peço desculpa por lhe ter chamado, Nuno Melo. Não é a última vez, certamente.-----

---Em primeiro lugar, quero agradecer à Direção dos Bombeiros Famalicenses por nos ceder este espaço que tem condições para realizar a Assembleia Municipal, e quero cumprimentar o Senhor Deputado eleito do Partido Socialista à Assembleia da República, o Senhor Deputado, Dr. Jorge Paulo Oliveira, também reeleito à Assembleia da República. Espero que agora, pela experiência que o Senhor Deputado do Partido Socialista tem a nível da Saúde, traga para Famalicão ampliação do Hospital de Famalicão, requalificação do Hospital de Famalicão, que traga tudo para Famalicão, que certamente irá fazer isso, em prol de Famalicão. Tanto defendeu isso em campanha eleitoral. Senhor Deputado, fazer um apelo para que isso fosse uma realidade. -----

---A nível de saneamento, foi falado aqui que o saneamento está em 90%, sensivelmente a 90%, nunca vai ficar a 100%, Senhor Deputado. Há casas que estão muito mais fundas que a rede de saneamento... -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Senhor Deputado Armindo Gomes, só pedir um favor, eu sei que vai conseguir rigorosamente fazer a mesma coisa, é converter essa sua exposição, que será a última certamente, em pergunta ao Senhor Presidente de Câmara. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - O Senhor Presidente de Câmara nunca vai conseguir concluir o saneamento a 100%, que há casas que estão muito mais fundas que as estradas e esse saneamento tem de ser de facto despejado com os tratores que tem usado ultimamente. Nunca se conseguirá fazer o saneamento a 100%. O saneamento, todos nós sabemos, ou tem de ter estações elevatórias, ou tem que correr por gravidade. E uma

Assembleia Municipal

estação elevatória para servir três ou quatro casas custa na ordem de 50.000 euros. Portanto, isso nunca vai acontecer.-----

---A respeito da pista de atletismo, tantas perguntas...-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Ó Senhor Deputado, peço imensa desculpa, tal e qual pedi ao Deputado Jorge Paulo Oliveira, que terminou... Não pode responder.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Senhor Presidente de Câmara, a respeito da pista de atletismo, faço um apelo para que responda...-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Peço desculpa, eu já interpelei o Senhor Deputado Municipal para conformar a sua intervenção na forma de perguntas ao Senhor Presidente de Câmara, coisa que agora está a fazer. Agora, eu pedia para que não interrompessem com apartes. A minha regra é igual para todos!-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Senhor Deputado Jorge Costa, tem muito tempo para vir aqui a este púlpito.-----

---Senhor Presidente de Câmara, pode-me responder e pode clarificar os Senhores Deputados que a pista de atletismo está prevista em orçamento para 2022, foi aprovada para 2022 e vai ser uma realidade em 2022. Senhor Presidente de Câmara, faz favor de responder aos Senhores Deputados, para não estarmos aqui a falar da pista de atletismo em todas as Assembleias Municipais.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Senhor Presidente de Câmara, lamento, mas não pode falar.-----

---**SEGUNDO PONTO - REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Queria informar os Senhores Deputados que a este propósito deu entrada na Mesa uma proposta de Constituição de uma Comissão de Eventual de Estudo subscrita pelos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PSD, que reza assim. “Para efeitos do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos –

Revisão do regimento da Assembleia Municipal - o Grupo Municipal do PSD propõe ao abrigo do artigo 27º do regimento, a constituição de uma Comissão Eventual de Estudo, composta por 9 elementos, devendo esta apresentar o seu relatório e conclusões no prazo de 90 dias, eventualmente prorrogáveis.” Isto, enfim, é o correspondente ao que se faz, cada vez que instalamos e começamos os nossos trabalhos na Assembleia Municipal e, por isso, sem discussão, eu punha já à votação esta proposta. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Pediria que os Grupos Municipais, no prazo de oito dias, indicassem os nomes para constituição desta Comissão.

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACORDO DE PARCERIA “VAUDEVILLE RENDEZ-VOUS - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES PERFORMATIVAS 2022-2024” - BARCELOS, BRAGA, GUIMARÃES, VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO (LEI DOS COMPROMISSOS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---PAULO PINTO (PS) - Senhor Presidente da Câmara, nós vamos logicamente votar favoravelmente esta proposta. Só pedia que as propostas quando viessem da Assembleia Municipal pudessem vir um bocadinho mais esclarecedoras porque a proposta que nos é feita chegar, é muito menos profunda do que aquela que é feita na Câmara, ou seja, os fundamentos que levam os Vereadores a votar num sentido, de certa forma consegue

explicar e ser explicados, relativamente a essa proposta. Nós aqui, na parte da Assembleia Municipal, a explicação que nos vem é muito mais concreta e concisa.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Eu presumo que se trata da mesma proposta que foi a reunião de Câmara, mas irei avaliar essa situação. -----

---RUI SANTOS (PS) - A propósito desta proposta, obviamente que o PSD também votará favoravelmente, mas em relação àquilo que o Senhor Deputado trouxe aqui em relação àquilo que são os dados da proposta, eu lembro que de facto o Festival que estamos aqui a falar, o Festival Internacional Vaudeville Rendez-Vous, é um festival que ganhou o seu espaço muito próprio em termos nacionais, é considerado o festival mais importante de Circo Contemporâneo no País. E, portanto, a proposta que nos é trazida, é exatamente nesse sentido. Certamente será do conhecimento do Senhor Deputado tudo aquilo que envolve esta proposta. No âmbito do quadrilátero, é provavelmente a proposta, em termos de quadrilátero cultural, que mais exemplifica o espírito do quadrilátero. Portanto, em termos de conteúdo da proposta, ela não é nada mais nada menos, também do que uma continuidade daquilo que vem sendo desenvolvido a propósito deste festival. E, portanto, Senhor Deputado, em relação àquilo que nos dizia, e em termos de quadrilátero, esta é provavelmente a proposta mais importante, atendendo que, até que parte de uma instituição do nosso concelho, o Teatro Didascália e, portanto, em relação a esta proposta, certamente a outras poderá ter algo a questionar, mas em relação a esta, até porque é já a sétima, oitava vez que o mesmo se realiza. Dúvidas não estão quanto à mesma, nem na Câmara, aqui nos parece, no que nos diz respeito à proposta que nos foi trazida à Assembleia Municipal trará alguma dúvida e, portanto, não merecerá reparo esta proposta. A Câmara Municipal terá o voto favorável do PDS.-----

---PAULO PINTO (PS) - É assim, eu já ando nisto há muitos anos e não gosto muito que distorçam as minhas palavras, honestamente. Eu fui muito concreto no que disse: “nós vamos votar favoravelmente a proposta”. O único apelo que fiz ao Senhor Presidente da Câmara, é que os fundamentos da ata que apresentaram à reunião de Câmara fossem

os mesmos que chegassem cá, mais nada! Relativamente à proposta, estou completamente de acordo com o que V. Exa disse. Aliás, foi o que eu disse logo: “vamos votar favoravelmente”. Desculpe, mas não entendi muito bem a sua interpretação!-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACORDO DE PARCERIA “VAUDEVILLE RENDEZ-VOUS - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES PERFORMATIVAS 2022-2024” - BARCELOS, BRAGA, GUIMARÃES, VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO (LEI DOS COMPROMISSOS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBAS RELATIVAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS E DOS CONTRATOS DE COOPERAÇÃO/PROTOCOLOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTORNO DE VERBAS RELATIVAS AOS CONTRATOS

INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS E DOS CONTRATOS DE COOPERAÇÃO/ PROTOCOLOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAR O PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA CONTINENTAL MABOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 5.º DA LEI N.º 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAR O PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA CONTINENTAL MABOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 5.º DA LEI N.º 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - TROÇO DA ANTIGA EN14 ENTRE O KM 28,869 E O KM 29,688, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Relativamente a esta proposta, penso que é clara, de todo o modo, tem a ver com uma empreitada que se pretende desenvolver por via de um acordo, aliás, de uma unidade de execução que está a ser desenvolvida para este troço. E trata-se de uma alteração de competência para que a Câmara Municipal possa aprovar o respetivo projeto de duplicação deste troço, incorporação de passeios, arborização, nova iluminação e via ciclável. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – TROÇO DA ANTIGA EN14 ENTRE O KM 28,869 E O KM 29,688, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE E CESPU C.R.L, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE

FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL (LEI DOS COMPROMISSOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Já fiz referência no âmbito do primeiro ponto, informações e, portanto, trata-se mais um apoio da dimensão social da Câmara, por forma a que as pessoas mais carenciadas possam ter acesso à saúde oral, como sabem é muito importante para a qualidade de vida. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE E CESPU C.R.L, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL (LEI DOS COMPROMISSOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Senhor Presidente, eu pedia, por uma questão de respeito pelos resultados eleitorais, que o CHEGA, aqui na Assembleia, fosse chamado logo em terceiro lugar, logo a seguir ao PSD e ao PS. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado, com o devido respeito, nas eleições autárquicas não foi assim, nas legislativas o CDS nem falava. Senhor Deputado, a decisão da Mesa, até ver, é esta. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Eu só estou a antecipar o futuro, Senhor Presidente, mais nada! Na democracia também temos que ter um pouco de antecipação do futuro. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Mas não se antecipe tão rápido, Senhor Deputado, porque pode tropeçar e depois é um problema! -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE VILA NOVA DE

FAMALICÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Trata-se de uma matéria muito importante, como é sabido, foi bem discutida no âmbito da campanha eleitoral relativa aos autárquicas, e trata-se da habitação, do varrimento fino que foi feito e que está aqui vertido neste diagnóstico, para que este documento possa ser enviado para o Instituto de Reabilitação Urbana e Habitação para que, pensamos nós, ser aprovado e aguardarmos ansiosamente o respetivo envelope financeiro, por forma a que nós possamos evoluir com o nosso Plano de Estratégia Local para Habitação. -----

---JORGE COSTA (PS) - No caso de Vila Nova de Famalicão, esta situação ganha contornos específicos pela existência de um pacto de andamento muito reduzido, sete pontos percentuais abaixo da média nacional e de um pacto público limitado, apenas zero sessenta e seis. Longe dos dois por cento existente e do cinco por cento pretendido à escala nacional, no âmbito da nova geração de políticas de habitação. -----

---Ora bem, isto é o CDS, PSD, neste momento, a falar do CDS, PSD e das políticas de habitação dos últimos vinte anos. -----

---Calou fundo? Pois é. É verdade! É verdade, Senhores! Dói não dói?! Mas, infelizmente para os famalicenses. Eu limitei-me a ler o documento, Senhores. -----

---Bom, então quer isto dizer que é um falhanço rotundo das políticas de habitação da coligação que nos governa há mais dos enfadonhos vinte anos, e, portanto, finalmente veio dar a mão à palmatória. E, também, há aqui outra conclusão a tirar. Atrás de mim virá quem? O Mário Passos diz isto de Paulo Cunha e do Armindo. E, por que é que diz isto? E, por que é que este documento diz isto? -----

---Porque é de facto a realidade de carências, de preços exorbitantes e de uma inação total de vinte anos desta coligação que não se importa, até pelo pendor ideológico mais liberal, com os problemas de habitação social.-----

---E por que é que eu digo isto?-----

---Eu fui Vereador da habitação, há vinte anos atrás, no tempo do Agostinho Fernandes, e a nossa miséria, do PS, criou o CDH de Vilarinho das Cambas. Miséria, não se fez mais nenhum em Vilarinho das Cambas. E, também, em Vilarinho das Cambas, um pré-fabricado para uma família que carecia imenso de habitação; o loteamento municipal de Pitelas, em Mogege; o loteamento da Quinta de Rebordelo, de Ruivães, com o saudoso Padre Carneiro e o Presidente da Junta que lançamos todas as bases deste loteamento; o CDH do Pinheiral, Antas; o CDH da Urbanização Moinhos de Vento, de Fradelos. Foi o último contrato que o Agostinho deixou, foi um dos meus últimos atos, na Câmara Municipal. Pré-fabricados em Requião, Nine, Vilarinho das Cambas; requalificação e Reabilitação da Cal, Gondifelos, Lousado, Fundação Salazar. -----

---Há vinte anos que Vs. Exas. não fazem nada. E, portanto, é hora de agir! É hora de agir com as direções que este documento apresenta, relativamente à classe média e, relativamente às populações com menores condições de habitabilidade.-----

---Lamentamos a divisão que aqui foi operada. Porquê? Porque a Câmara ainda não percebeu que o nosso ninho está no urbano contínuo. Entra-se em Joane e vai-se até Fradelos sempre com casas, casas, casas, casas. As necessidades habitacionais são praticamente as mesmas, de uma sobreocupação do litoral, onde nos inserimos. E, portanto, nós saudamos, uma mão à palmatória da coligação, mas não nos misturamos com esta maledicência a propósito dos vinte anos. Até temos muito respeito pelo Paulo Cunha e pelo Armindo. -----

---**PEDRO SANTOS (PSD)** - Nós estamos a falar aqui unicamente de um plano que é uma visão e uma estratégia de futuro. Este plano e esta definição corresponde a uma estratégia local para a habitação e para a reabilitação urbana, que qualifique o território e ao mesmo tempo potencie o bem-estar social, assegurando o acesso a uma habitação condigna, atribuindo maior qualidade de vida e condições de habitabilidade a agregados

com poucos recursos financeiros, é uma das principais apostas do executivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

---A habitação e a reabilitação urbana são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano, à vida em comunidade e à promoção da competitividade e à coesão dos territórios.-----

---A Estratégia Local de Habitação está alavancada nesta oportunidade preconizada pelo Programa de Apoio ao Acesso à Habitação de 1.º Direito, lançado pela Administração Central.-----

---Ao longo de muitos anos, o acesso a uma habitação condigna e a custos acessíveis tornou-se mais difícil para um número crescente de pessoas e agregados, agravando as situações de precariedade da população com menos recursos. -----

---O presente relatório foi efetuado com o maior rigor e isenção através do apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, num trabalho iniciado em janeiro de 2020, que resultou dum processo de análise altamente participado com particular colaboração dos agentes que produzem o território, e permitiu estimar em 2050 o número de agregados com necessidades de apoio à habitação, sendo 1481 agregados passíveis de enquadramento no Programa 1.º Direito e 569 agregados beneficiados de outros programas do Município. -----

---Este instrumento pretende enquadrar todos os apoios financeiros a conceder no território municipal no âmbito do 1º Direito, desenvolvido em articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e que enquadra cerca de 152,9M€, sendo eles mobilizados em 84.9M€ ao Município, 44.9M€ a beneficiários diretos e 23.1M€ ao terceiro setor.-----

---São contempladas soluções de aquisição, reabilitação, construção nova e apoio ao arrendamento.-----

---Sendo a Estratégia Local de Habitação um documento estratégico, que lança a visão, que a orienta, que assegura que Vila Nova de Famalicão procure uma resposta mais

ajustada às necessidades de habitação em condições condignas, priorizando a revitalização do património edificado e a melhoria gradual das condições habitacionais dos seus munícipes, traduzido na qualificação de um território municipal que se quer mais coeso e inclusivo, que acelere o cumprimento de objetivos estabelecidos com outros planos estratégicos municipais, e que sabemos que são alguns, e de referência. -----

---O PSD, obviamente, irá votar favoravelmente.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Só uma nota complementar, foram aqui enunciadas um conjunto de obras do passado, pena é que também não tivesse sido referida a maior vergonha de Portugal que se situava em Famalicão, que era uma série de barracas junto à Estação de Caminhos de Ferros, uma das principais entradas no concelho.

---Dizer, ainda, que a partir de 2010, no tempo do Arquiteto Armindo Costa, em Famalicão já foram trazidos, e fomos os primeiros a nível nacional, apoios de nova geração que tem a ver com os programas “Casa Feliz-Apoio a Obras” e no programa “Casa Feliz-Apoio à Renda”, que muitos municípios vieram a replicar depois disso. -----

---Portanto, há um trabalho grande, que podia falar também do loteamento de Rebordelo, que podia também enunciar muita coisa, mas fico-me por aqui porque já é suficiente. ----

---JORGE COSTA (PS) - Ora bem, para aqueles que achavam pouco, eu ainda vos venho lembrar a Quinta do Passal, em Avidos. Estão esquecidos não estão?! Não se esqueçam! O PS lançou centenas de habitações neste concelho, centenas e centenas de habitações neste concelho, e orgulha-se muito disso. Vs. Exas. pegam tarde e mal, não pensando no território como deviam pensar.-----

---E, por falar em vergonha nacional, V. Exa. não tem ido a Meães, se lá for, um dia destes vai ver alguma coisa que anda distraído. Estou a falar para o Senhor Presidente da Câmara.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Neste regresso ao passado, recordar que, por força de ação do atual executivo do PSD/CDS-PP, foi requalificado o Bairro ou Urbanização da Cal; Complexo Habitacional de Lousado; Edifício do Poido, ex-

Fundação Salazar; Complexo Habitacional das Lameiras; Gondifelos; foi infraestruturado o loteamento de Rebordelo; construímos a Gávila, que o Senhor Presidente da Câmara acabou de fazer referência; construímos Requião; construímos Moinhos de Vento e acabamos a construção do edifício em Covelo.-----

---Lançamos dois programas muito importantes, o programa “Mudar de Casa, Mudar de Vida” e o programa “Casa Feliz” que permitiu os dois, por um lado, subsidiar o arrendamento a dezenas e dezenas de agregados familiares famalicenses, e, por outro lado, ajudou na construção e requalificação das suas habitações, também de dezenas e dezenas de famalicenses.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - De facto, Armindo Costa continuou as obras que o PS lançou e mais nenhuma se lançaram. E, quanto às Bétulas, também era do Senhor Presidente da Câmara ir lá ver, se se cobra a luz, se se cobra a água, se aquilo está a correr bem! Também anda distraído, Senhor Presidente.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Muito bem, é só para repor a verdade, Senhor Deputado. Nós construímos a Gávila, e nada tem a ver com o Partido Socialista; nós construímos Requião, e nada tem a ver com o Partido Socialista; nós construímos as Bétulas, e nada tem a ver com o Partido Socialista.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.-----

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO

DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 788,97 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 46/1995, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Sr. Presidente, -----

---Srs. Deputados, -----

---A CDU vê com preocupação a postura de desrespeito do executivo camarário no que concerne aos espaços verdes situados no contexto dos loteamentos urbanísticos, pois tem sido prática permanente a adulteração da legislação cujo espírito procura assegurar descontinuidade construtiva para usufruto coletivo dos moradores nesses loteamentos, e não para beneficiar interesses privados. -----

---Se atendermos às práticas que têm caracterizado a atuação dos consecutivos executivos, verificamos que a alteração do enquadramento legal dos denominados “espaços verdes” e ou a sua posterior alienação para domínio privado não tem sido uma exceção à regra, mas uma prática recorrente inadmissível, indiciando que, para este município, o espírito que regula a legislação não faz sentido e o importante é ‘passar a patacos’ os espaços verdes, que devem ser para fruição do coletivo dos moradores desses loteamentos. -----

---A transformação do referido espaço verde em acrescento de mais um lote para construção, apesar de continuar na posse do município, indicia claramente que mais cedo ou mais tarde venha a ser alienado para construção privada, e estas habilidades a CDU não as tolera, pelo que votará contra a pretensão do executivo.” -----

---RICARDO VALE (PS) - Passo a citar: -----

---“A garantia que aqui fica deixada é que nenhum espaço será alienado sem que isso primeiro seja objeto da análise, de estudo e sempre em função do consenso a obter com os Senhores Presidentes de Junta. Portanto, em circunstância alguma, isso há de acontecer de forma diferente, por exemplo, será analisada a necessidade do associativo, veremos as necessidades socioeducativas, veremos a capacidade da própria freguesia para gerar outros movimentos ou outras funções. Todas essas questões serão equacionadas.” (Dr. Paulo Cunha, Presidente em exercício, fevereiro de 2013). Se isto vos pareceu um déjà vu, é um déjà vu, porque já nesta Assembleia Municipal foi referido este ponto, num outro lote de terreno, onde também este se destina a zona verde, passeios de estacionamento, penso tanto quanto a memória não me deixa enganar, que o outro se destinava a zona verde e para uso fruto e lazer de crianças e, de repente, transformamos espaços onde era suposto não existir habitação, espaço onde era suposto existir zonas verdes, de recreio, de lazer, estacionamentos, passeios, transformamos isto em construção porque, diz o documento: “o espaço sob alçada do município desde 1995 se encontra abandonado”. Naturalmente, e mais uma vez reforço o ponto da minha última intervenção sobre este assunto na Assembleia Municipal, a questão não se coloca ao nível da legalidade, a questão não se coloca, neste caso em concreto, a questão é um bocadinho mais abrangente, a questão é em resumo: o que é que queremos fazer com o nosso território? -

--Deixei esta questão em aberto da última vez, aparentemente queremos continuar a fazer o mesmo, queremos continuar a promover domínio público em domínio privado, para que daí a Câmara Municipal possa eventualmente ter algum tipo de rendimento. -----

---Se vai ser sempre assim durante quatro anos, o Grupo Municipal do Partido Socialista deixa então uma sugestão ao município que é: apresentar nesta Assembleia Municipal a lista de todas as parcelas que estão atualmente em domínio público e que pretendem ou não pretendem transformar em domínio privado. E não pretendendo transformar em domínio privado, também fica a sugestão de apresentarem a esta Assembleia Municipal que afetação pretendem dar. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Senhores Deputados, torna-se recorrente o falarmos sobre esta matéria e os Senhores Deputados estão no seu direito de o fazer. Agora, eu acho que o deveriam fazer de um modo que, pelo menos, aprendêssemos alguma coisa. Se o concelho está polvilhado de áreas como esta, embora até neste caso a situação seja completamente diferente de todas as outras que nós temos visto, porque isto trata-se aqui de uma retificação ou de uma situação que já foi analisada nesta Assembleia, e é um erro, um lapso que foi na altura, um lapso de registo e que agora está a ser corrigido. Mas há uma série de parcelas de terreno que estão no concelho, que estão abandonadas, que não estão a ser utilizadas para fim nenhum e que podem ser utilizadas a bem do concelho e a bem dos famalicenses, e é essa a situação que a Câmara está a preparar. Está a preparar, está a colocar esta parcela de modo a que ela possa servir os interesses dos famalicenses e que passa ser útil, por assim dizer, possa ser útil para o concelho. -----

---Não me parece que isto seja uma má política. Se me dissessem que tínhamos aí uma parcela de 100 mil metros quadrados que a Câmara alienava porque não servia para nada, eu já não tinha esta mesma opinião. Agora, estamos a falar de pequenas parcelas espalhadas pelo concelho que não têm interesse, que as Juntas de Freguesia não mostram interesse nelas, porque se mostrar interesse, obviamente a Câmara não aliena. Portanto, as Juntas de Freguesia não mostram interesse, ninguém mostra interesse e, então, elas têm que ser postas a render para os famalicenses. E é isso que se trata este assunto. -----

---Eu peço-vos, se me permitires, peço-vos que em casos futuros ponham o assunto de outra maneira, mas desta não ponham porque não é verdade que se esteja a alienar património e que é para render dinheiro. Não é essa a questão. É resolver um problema que neste momento o território tem. Se há outras soluções para resolver esse problema, Senhores Deputados, apresentem-nas, e nós vamos discuti-las. Agora, criticar por criticar sem apresentar soluções, não me parece correto. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Senhor Deputado, longe de mim querer ensinar o que quer que seja à Assembleia, portanto, naturalmente que com a intervenção, o objetivo da

intervenção não é que se aprenda coisa nenhuma. É precisamente alertar, e volto a referir, o ponto, o meu ponto, não é este caso em concreto, como não foi o outro caso em concreto. O meu ponto é que, daí a sugestão ao município, à Câmara Municipal, para que olhe para esta questão como um todo e como um todo analisemos o assunto para que quando vierem questões destas, como diz e bem, neste caso em concreto, obviamente fará o seu sentido, este tipo de intervenção não seja necessário porque senão a diferença de análise e de vontade política, ou da forma de entender o território virá sempre aqui acima. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Ó Senhor Deputado, eu ficava preocupado e seriamente preocupado se a Câmara me viesse aqui com um plano geral para estas parcelas, uma proposta geral, com critérios perfeitamente generalistas e fazer uma proposta para todo o concelho. Eu acho que este assunto deve ser ponderado ponto a ponto e caso a caso porque cada caso é um caso. Haverá situações em que poderá ser uma Junta de Freguesia a tomar conta; haverá situações em que poderá ser vendido para habitação social; haverá situações em que pode ser uma associação, portanto, cada caso é um caso, e eu não fico nada preocupado que estes assuntos sejam tratados ponto a ponto. O que me preocuparia é se isto viesse de um bolo geral, aí sim, preocupava-me. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Nós não estamos aqui, nesta Assembleia Municipal, porque temos a maioria, a ensinar ninguém nem a impor nada a ninguém. -----

---Eu vou fazer uma pergunta ao Senhor Presidente de Câmara, isto é usual, quando eu fui Presidente de Junta na Freguesia de Calendário. Senhor Presidente de Câmara, este terreno que vai ser desafetado, a Junta de Freguesia foi ouvida? Se foi ouvida, o órgão máximo das Freguesias é o Senhor Presidente de Junta. Se o Presidente de Junta entender que este terreno deve ser vendido ou alienado para uma empresa privada ou pública, pouco importa. Fazer dinheiro nesse terreno passa para este negócio, não vai estar a criar silvas toda a vida, que no meu tempo de Presidente de Junta acontecia isto. Senhor Presidente da Câmara, responda-me a isto, se faz favor, a todos nós. Só queria saber isso, mais nada. -----

---PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL - Obviamente que as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta são ouvidos e eles, por sua vez, também no terreno junto da sua comunidade faz uma auscultação profunda e detalhada por forma a saber se o sentimento dessa comunidade... tem alguma ideia para aquele terreno se não, como tem acontecido, e nós só fazemos dessa maneira, o terreno é alienado.-----

---JORGE COSTA (PS) - Ó Senhor Deputado Meireles, que chatice o PS pensar diferente de vocês. O PS nunca faria disto uma negociata, estes são os espaços públicos para as pessoas. Queria parques infantis; queria terrenos de acesso às associações; queria múltiplos usos alternativos para todos estes espaços. E, V. Exa. não pode confundir as diferentes opções ideológicas, que o chateiam imenso, com interesses famalicenses. Se fossemos nós a decidir, decidiríamos diferente. E nunca vos vamos dar cheques em branco para andarem aí a vender terrenos que estavam predestinados a uso e serviço público, e vocês a fazerem euros. Custe o que custar, hoje e sempre. -----

---ARMINDO GOMES - A Câmara vende os terrenos que são do domínio público ou da Junta de Freguesia, ou da Câmara Municipal. E faz dinheiro desses terrenos.-----

---No tempo do Dr. Agostinho Fernandes, ocupou um terreno na sua terra, Senhor Deputado, gastou quatrocentos mil euros, oitenta mil contos na altura, que não era dele, que não era da Câmara, investiu num privado, oitenta mil contos são quatrocentos mil euros, na altura, e no fim teve que remover o lixo outra vez. Isso foi um mau investimento num terreno que não era da Câmara. Esse nem da Câmara era! -----

---JORGE COSTA (PS) - Ó Senhor Deputado Armindo, o órgão mais importante numa Freguesia é a Assembleia de Freguesia, primeiro aspeto, nunca o Presidente da Junta. Você anda confundido com muitas coisas, mas pronto! -----

---O terreno de Fradelos, apesar do lapso, foi julgado pela justiça e é muito mais barato do que os seis milhões da Devesa. Muito mais! Não sei se me entende?!-----

---Por último, Freguesias e Presidentes de Junta ouvidos? E para onde é que vai o dinheiro, não é para estes Senhores que aqui estão?! É que se ele ficasse na Freguesia ainda era de louvar. É para a Câmara. O dinheiro vai para a Câmara! Acordem! -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - A Câmara é o município, Senhor Deputado.-----

---**PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL** - É só para corrigir o Senhor Deputado que, realmente, o dinheiro fica na Freguesia. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 788,97 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 46/1995, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE CONTRA.** -----

---**DÉCIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Eu ia pedir, agora, aos Senhores Deputados que discutíssemos em conjunto os pontos dez e onze que têm rigorosamente a mesma natureza, obviamente somando os tempos, se os Senhores Deputados quiserem discuti-los e votando-os em separado, pontos dez e onze. Escuso-me

de os ler na íntegra, mas tem que ver com procedimentos concursais para cargos de direção e, por isso, eu dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se quiser usar dela.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Tratam-se de propostas que dão sequência ao organograma que foi aqui aprovado há algumas semanas atrás.-----

---JORGE COSTA (PS) - Ora bem, relativamente a estas propostas, já que a discussão é conjunta, é preciso perceber que o PS... a Câmara tem que se habituar que os últimos vinte anos já acabaram. O número de pessoas que em Famalicão, em crescendo, acredita num PS diferente e numa alternativa a esta maioria, aumenta de eleição para eleição. Vs. Exas. são passado. Daqui a quatro anos, novos protagonistas, novas realidades se instalarão, porque quem manda nisto são os famalicenses. E, o PS não dá cheques em branco a esta Câmara Municipal porque não acredita no vosso projeto político. -----

---Reparem aqui numa coisa, isto é uma simples abertura concursal para cargos de Direção Intermédia. Diz o artigo 20º o seguinte do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, Lei 2/2004: “(...) podem ser escolhidos para estes lugares pessoas licenciadas”, depois há um parecer da CCDRN que diz: “(...) bom, também podem não serem licenciadas” e, depois, também há no artigo 20º que diz “(...) se ficar deserto o concurso, até podem ser de fora da Câmara. Portanto, quer a Câmara aqui que o PS aprove a abertura de dois concursos sem definir minimamente que regras, quais são os parâmetros, se é para gente da Câmara, se é para gente de fora, se é para gente licenciada, se não é... Isto é o mínimo! A nós cheira-nos que é para *jobs for the boys*. Lembram-se da *Jobs for the boys*?! Pronto! ---

---O PS há bocado, o Engenheiro Paulo Pinto, solicitou à Câmara Municipal que a fundamentação das propostas que faça a esta Assembleia seja coerente, clara, inequívoca, que as pessoas que vão fiscalizar percebam o que se quer. Vs. Exas. fruto de maiorias a mais têm o hábito de não fundamentar. É isso! Mandam, mandam, mas não é com o nosso voto! Vamo-nos abster. -----

---**RUI SANTOS (PSD)** - Como estamos a debater as duas propostas e de facto o que aqui está em análise que agora até foi trazido à coação pelo Senhor Deputado Jorge Costa, abrange as duas propostas. É importante que se diga que de facto, como disse há pouco, o Partido Socialista convive um bocadinho mal com tudo aquilo que a Câmara aqui trás e com tudo aquilo que a maioria aqui nos trás. -----

---Há bocadinho, a proposta do festival não era suficientemente concreta, nem especificava ao Senhor Deputado, nas palavras dele, aquilo que pretendia. Disse que ia votar a favor, mas que a proposta não era concreta.-----

---Agora, em relação ao concurso, ou aos dois concursos, de facto o Senhor Deputado Jorge Costa também vem levantar a mesma questão, que a Câmara não é concreta o suficiente. Traz aqui até umas expressões, ele lá saberá o que é que elas querem dizer, no Partido Socialista. -----

---Mas é importante que se diga que de facto, e como disse o Senhor Presidente, esta proposta não é nada mais nada menos do que uma concretização da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais que foi trazida aqui na Assembleia Municipal anterior. Portanto, estamos a falar de uma consequência procedimental e administrativa deste organigrama que faz com que a Câmara tenha uma ordem de serviço e com que tenha serviços que, com especificidades e necessidades muito particulares, necessitem de uma orgânica muito própria. Portanto, ó Senhor Deputado, não estamos aqui a falar de uma palavra ou uma expressão em inglês, que o Senhor Deputado aqui trouxe, lá saberá muito bem o que é que ela quer dizer, mas podemos dizer é que de facto isto é uma concretização do Regulamento Organizacional dos Serviços Municipais e que de facto, atendendo àquilo que dizia, sempre poderemos apenas concretizar que a seleção dos processos está plasmada na proposta. Todos os Deputados tiveram acesso a elas, portanto, mas esses também saberão que a proposta que aqui veio, poderão não concordar com os critérios que aí estão plasmados e isso aí certamente o Senhor Deputado está no seu direito, mas não podem dizer que a Câmara não especificou. Especificou aquilo que

entendeu que era importante e necessário. E, portanto, certamente que esta proposta merecerá o voto favorável do PSD. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Eu não sabia que tinha tantos apoiantes aqui desta ala direita, mas de qualquer das formas, muito obrigado pela simpatia. Senhores Deputados dão-me muita alegria com o vosso apoio, anima-me a intervir porque percebo que gostam. -----

---Bom, e agora naquilo que interessa e a sério. Importante, importante é perceber que isto é uma concretização, nas palavras do ilustre orador que me antecedeu, não concretizada, dizia ele: concretizou não concretizando. E, portanto, importante, importante é perceber que se podem estribar na ditadura da maioria dizendo: nós aprovamos tudo o que nós quisermos, aqui. Mas não impõe isso aos famalicenses! Nós também falamos com os famalicenses. E não nos impõe a nós, que temos o dever de fiscalizar a atividade deste executivo. E, portanto, caros Senhores Deputados, caros Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras, meus Senhores, caros membros do executivo, Senhores da Mesa, importante é que retenham de uma vez por todas, o PS não passa cheques em branco a este executivo porque não acredita nas suas políticas. -----

---**RUI SANTOS (PSD)** - Ó Senhor Deputado, só aqui uma nota muito importante, o Senhor Deputado hoje, no período das informações do Senhor Presidente da Câmara, já teve oportunidade de nos brindar com uma quase “ordem” ao Senhor Presidente da Câmara do que ele tinha que responder aqui. Já disse que não passa cheques em branco em todas as propostas. O Senhor Deputado está a querer condicionar toda esta Assembleia. Mas os famalicenses, esses, no passado setembro, esses sim, passaram um cheque sabe a quem?! Não foi um cheque, foi um mandato a este executivo, porque confiaram. Eu não preciso de lhe dizer, Senhor Deputado sabe certamente, em que moldes de votação o fizeram porque ele está plasmado aqui à sua frente. Portanto, Senhor Deputado, nós não temos que lhes passar cheques em branco a si, mas os famalicenses confiam neste Presidente, neste executivo e nesta maioria que está aqui plasmada nesta Assembleia para gerir os destinos. -----

---PAULO PINTO (PS) - Eu compreendo que o Senhor Deputado, imagino que seja o primeiro mandato que está cá e quer mostrar serviço. Ó Senhor Deputado, nós fomos eleitos pelos famalicenses para defender o mandato apresentado quer V. Exa. goste quer não goste e vamos defender, e vamos aqui reivindicar, e fazer cumprir o mandato na Assembleia Municipal que é: regular e ver o que a Câmara faz, fiscalizar. Agora, o que V. Exa. bem disse, a Câmara apresenta o que entende ou como já foi dito ali, faz o que entende e tem maioria e aprova como quer, mas nós não nos vamos cingir, não vamos desviar daquilo que nos propusemos aos famalicenses, por muito que vocês não nos gostem. Santa Paciência!-----

---V. Exa. há bocado, já voltou a por palavras na minha boca que eu não disse. Senhor Deputado, eu ando nisto há muitos anos, cordialidade com todos e muitos me conhecem aqui, mas há uma coisa que eu não aceito, na política e na vida não vale tudo. E não admito que voltem a por palavras na minha boca que eu não digo.-----

---RUI SANTOS (PSD) - Ó Senhor Deputado, perceba uma coisa, da mesma, o argumento - nós podemos estar aqui a noite toda com o mesmo argumento que é: o mandato que vocês têm é igual ao nosso, com uma pequena diferença, sabe qual é? Em número. Nós somos mais porque os famalicenses confiaram mais neste programa. E, portanto, eu queria só dizer... -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado, eu peço desculpa. O Senhor Deputado sabe muito bem que não pode interpelar diretamente os oradores, e eu peço, como sempre se sucedeu... não tem que lamentar. Senhor Deputado, eu estou a falar, desculpe. Senhor Deputado, dá-me licença? Senhor Deputado, quando dispõe de tempo, inscreve-se e fala. Eu peço que me ajude na organização dos trabalhos. Senhor Deputado, peço desculpa, o senhor tem que respeitar a condução dos trabalhos, sabe que eu sou... Senhor Deputado, ouça... isto não é uma feira, é uma Assembleia Municipal. Portanto, tem regras, e há um mandato que também nos foi confiado. Com todo o respeito pela diversidade, a Mesa trata por igual todos os seus Deputados de

qualquer Grupo, e quando eu peço a si ou a quem seja que não use da palavra para interpelar os oradores, também peço aos Deputados dos outros Grupos quando assim é. Só peço que ajude na condução dos trabalhos porque isto depois flui muito melhor e é bom para todos. Quer dizer, e é um bom exemplo que estamos a dar lá para fora. -----

---Senhor Deputado, conclua a sua intervenção. -----

---**RUI SANTOS (PSD)** - Para terminar e para não maçar, só para dizer exatamente o que disse ao Senhor Deputado Paulo Pinto, que isto não é por ser novo aqui, ou veterano, ou mais velho que temos mais ou menos direitos, mais ou menor capacidade. Não, a juventude nunca foi sinónimo nem de maior, nem de menor capacidade. E, portanto, olhe, certamente posso-lhe dizer uma coisa, para além da questão regimental do tempo, tem que começar também a ver as outras questões regimentais. Não podem pedir só o cumprimento escrupuloso do tempo.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZOITO ABSTENÇÕES.** -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS**

PREVISTOS NO ART.º 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZOITO ABSTENÇÕES.-----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2022-2025), DE ACORDO COM OS ARTIGOS 57.º E 58.º, DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2022-2025), DE ACORDO COM OS ARTIGOS 57.º E 58.º, DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Eu vou pedir uma alteração da ordem, da ordem de trabalhos, porque nós temos agora uma eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. O que implica urna, votos, etc. Se não se importam, vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é a discussão e votação corrente, e depois votamos em urna para não estarmos a alterar a metodologia. -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. -----

Assembleia Municipal

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Vamos agora entrar então na votação dos quatro representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e eu queria adverti-los do seguinte: foram distribuídos os boletins e os boletins têm quatro listas de A a D, todavia nós não sabíamos quantas listas iam ser apresentadas, todavia só há uma. Logo, têm que votar na lista A ou anularem o voto, como quiserem. Mas, quem não votar na lista A o voto será considerado nulo. Está tudo esclarecido, alguém tem dúvidas? Assim sendo, aqui a nossa segunda secretária vai proceder à chamada, com a pausa necessária para que os votos sejam introduzidos em urna, e o nosso primeiro secretário, Dr. Luís Ângelo, procederá à fiscalização. -----

---A lista é constituída pelos seguintes nomes: -----

---Carmem Rodrigues Araújo; -----

---Catarina Alexandre Leite Pereira da Silva; -----

---Joana Alexandra Marques Gomes; e -----

---Laetitia Lopes da Costa. -----

---Sendo que vem subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal CDS-PP, logo é uma proposta conjunta destes três Grupos Municipais. -----

---Podemos então proceder à chamada para votação.-----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, A ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS FORAM DESIGNADAS POR ELEIÇÃO NA LISTA A, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E QUATRO BRANCOS OS SEGUINTE MEMBROS: CARMEM RODRIGUES ARAÚJO, CATARINA ALEXANDRE LEITE PEREIRA DA SILVA, JOANA ALEXANDRA MARQUES GOMES E LAETITIA LOPES DA COSTA. -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NÃO PRETENDER EXERCER, NO ANO DE 2022, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE:-----

---PRIMEIRO PONTO - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, O QUAL CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. -----

---SEGUNDO PONTO - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindi de qualquer esclarecimento. -----

---JORGE COSTA (PS) - Ora bem! Ó Senhor Presidente, isto já foi discutido na Câmara. Nós aqui não vamos acrescentar nada a não ser o que foi a tónica de hoje. V. Exa. disse assim, faço aqui uma proposta, Mário Passos, Doutor, Professor a dizer assim: esta lei, esta lei, esta lei, adiamos.” Ó Senhor Presidente, olhe, legislação publicada sobre esta matéria, que mo deu, que opções, o que é que a Câmara fez? -----

---Continuamos com fundamentações exíguas para que as pessoas que tenham obrigação de votar não percebam as razões das opções. Isto não está bem, Senhor Presidente. V. Exa. anda a fugir de falar connosco. Não fuja! Diga-nos, se calhar são válidas! As posições por aqui assumidas por V. Exa foram similares a de todos os outros Presidentes de Câmara deste Distrito. Mas que se calhar deram ao cuidado de informar as oposições,

de pré-anunciar caminhos! De si, não sabemos nada. Anda muito calado, Senhor Presidente! E isto não é bom. O PS vai abster-se relativamente a esta matéria. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Cinco anos, -----

---Cinco anos depois da aprovação da Proposta de Lei que estabeleceu o quadro de transferência de Competências, este processo continua, por manifesta e gritante inépcia do Governo do PS na ordem do dia, com uma discussão feita a conta-gotas, como a conta-gotas foi a aprovação em sede de Conselho de Ministros dos diferentes diplomas sectoriais.-----

---Cada um com prazos diferentes para a sua entrada em vigor, prazos que são sucessivamente alterados, prorrogados e que representam uma verdadeira manta de retalhos e um quebra-cabeças para os autarcas. -----

---Cinco anos depois, cinco anos depois, nas áreas mais complexas e mais responsabilizantes, apenas 28,4% dos municípios aceitaram a transferência de competências no domínio da saúde, ou seja, 57 municípios e destes apenas 10, repare-se apenas 10, assinaram o auto de transferência que lhes permite começar a gerir os centros de saúde.-----

---Um pouco melhor, mas ainda assim e passo de caracol, a transferência de competências na área da educação apenas obteve uma decisão favorável de 41,7% dos municípios.-----

---Os motivos pelos quais os autarcas resistem à descentralização são conhecidos, Senhor Deputado Jorge Costa. Têm sido repetidamente denunciados pelos autarcas e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e podem ser consultados num documento denominado Relatório do Roteiro para a Descentralização, que está disponível online.-----

---E o que é que dizem os autarcas?-----

---Nele os autarcas denunciam: -----

- A desadequação dos recursos humanos às exigências de organização e de gestão para o exercício de competências transferidas e a transferir; -----
- Insuficiência das verbas transferidas para fazer face às novas competências;-----
- Insuficiência de informação disponibilizada; -----
- Ausência de resposta e de diálogo. -----

---É difícil encontrar um documento emanado do Governo, tão crítico para o próprio Governo. -----

---No que respeita à transferência de competências no domínio da ação social que hoje aqui apreciamos, até ao final de 2021, ela foi simplesmente nula, nula! -----

--- E porquê? -----

---Porque as portarias regulamentadoras e o Despacho com os encargos anuais foram publicados tardiamente pelo Governo; -----

---Porque subsistem duvidas e problemas no terreno por resolver e que só o Governo pode resolver, a começar desde logo pela operacionalização do sistema de informação específico em sede de acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e do serviço de atendimento e acompanhamento social. -----

---Os problemas são tantos, mas são tantos que o próprio Governo pressionado pela ANMP decidiu prolongar uma tomada de decisão por parte das autarquias neste domínio pois há ainda um longo caminho a percorrer. -----

---Um caminho que o município de Vila Nova de Famalicão quer fazer com segurança e com sentido de responsabilidade. -----

---O PSD sempre afirmou que descentralizar competências no poder local é um ato de inteligência, mas descentralizar sem as financiar, sem dialogar, sem informar e sem que estejam criadas e asseguradas todas as condições operacionais para o efeito, essa descentralização não passa de uma fraude política. E nós não damos para esse peditório.”

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó Senhor Presidente, eu não quero saber, nem foi essa a minha pergunta, se V. Exa. está mais ou menos contente com as propostas do Governo, porque

isso já sabíamos que não está. Vs. Exas. acharam que António Costa não ia ganhar as eleições, e adiaram e renegaram todas estas transferências de competências. E a pergunta que urge fazer, não é se estão mais a favor ou menos a favor, é: isto será uma consequência necessária e direta de organização de uma sociedade moderna participativa? Cada vez mais os poderes autárquicos e autónomos locais serão chamados assumir novas competências. E o que é que vocês acham sobre isso? Nim, adia-se um ano. Eu esperava ao fim de cinco anos, cinco longos anos que anda esta legislação, com um impacto tremendo, o RSI, nas famílias, em vários indexantes e apoios de natureza social que a Câmara dissesse alguma coisa, disse: para já atiramos para canto um anito. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Senhor Deputado Jorge Costa, eu acho que não ouviu a minha intervenção ou não interpretou corretamente -----

---Nenhum município em Portugal aceitou a transferência de competências na área da ação social. Não fomos nós que adiamos, não fomos nós que exigimos o protelamento. Nenhum município em Portugal, do PSD, do CDS-PP, do Partido Comunista Português, do Partido Socialista aceitou transferência de competências. -----

---Porquê? -----

---Porque o Governo não fez o seu trabalho, como não tem vindo a fazer ao longo dos cinco anos. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais. -----

---O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. -----

---Não se cansa a CDU de afirmar que a inexistência de autarquias de nível intermédio as regiões administrativas - que não são substituíveis por soluções intermunicipais - constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização, a qual é urgente resolver. -----

---No documento em apreço, a CDU não diverge da posição da direita para efeitos de votação, mas não deixa passar o reparo de que tal procedimento da direita em recusar a sua aceitação, se deve apenas ao facto de discordar dos valores a transferir pelo poder central, pois não fosse esse o caso, aceitariam de bom grado o que agora recusam. -----

---A CDU, na exigência que se dê oportunidade à implementação constitucional da Regionalização, vota contra as intenções do governo, que finge matreiramente que está a descentralizar competências, o que não é verdade.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Deputado, eu gosto tanto de si, mas quem não ouve quem?! Quem não ouve quem, Senhor Deputado?!-----

---O PS não disse que ia votar contra esta posição da Câmara Municipal. Disse é que lamenta que a Câmara Municipal, disse que ia abster, e que lamenta profundamente que a Câmara Municipal, depois deste assunto andar a rolar há cinco anos, tenha dito a esta Assembleia: nim, fica adiado. -----

---Mas o que é que pensa a Câmara Municipal?-----

---O que é que pensa o Senhor Presidente?-----

---O que é que vai fazer no futuro sobre esta inevitabilidade?-----

---Ou acham que não vai ser imposta por lei a transferência de competências? -----

---Estamos todos a brincar, não estamos?! Correto ou não? -----

---Vai acabar! -----

---E, portanto, o que é que a Câmara fez nestes cinco anos? O que é que fez? -----

---O que pensa? Como é que pensa em agir?-----

---Preparou alguma coisa nos serviços? No terreno? -----

---Dentro destas opções que aqui estão, zero! Zero! -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado Jorge Costa, efetivamente o que o Partido Socialista defendeu hoje, esta noite, a propósito desta matéria, é o tal cheque em branco. Aqui é que os Senhores queriam o cheque em branco. Os Senhores não informam ou não prestam a informação que a Câmara Municipal tem vindo a solicitar, não apenas neste domínio, mas em todos os outros domínios da transferência de competências; não oferece, portanto, a informação necessária para uma tomada de posição e para naturalmente adoção dos mecanismos, do ponto de vista interno, para aceitar essa mesma transferência de competências.-----

---Depois, o Governo atrasa-se na publicação das Portarias Regulamentadoras e sem o conhecimento das mesmas a Câmara Municipal de Famalicão ou qualquer outra do país não pode naturalmente preparar esse seu trabalho. O Governo atrasa-se no despacho sobre os encargos anuais, as Câmaras não sabem com o que podem contar, e o Senhor Deputado acha que a culpa que é da Câmara, quanto o que está tudo em falta é da responsabilidade do Governo.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó Senhor Deputado e Senhor Presidente da Câmara, insuficiência de Verbas?! Então, quanto é que V. Exa. pensa gastar neste ano da ação social? É que não disse nada! Ou quer que nós... que isto é uma questão de cheques, cheques em branco?! -----

---Por que é que diz que as verbas que foram propostas são insuficientes? -----

---Tem alguma coisa definido? -----

---Se tem, porque é que não partilha com esta Assembleia. -----

---Ó Senhor Deputado, cheques em branco?!-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Depois do que ouvi, obviamente que tenho que reagir. Pareceu-me uma proposta simples, porque estávamos a falar de todos os municípios, quase todos os municípios de Portugal, inclusive da Associação Nacional de Municípios, como sabem é presidida pela Presidente de Câmara de Matosinhos, eleita pelo Partido Socialista, sua amiga, e ela, com certeza, se souber, vai ficar a saber que está

contra ela, mas isso é um detalhe. Dizer que a Câmara Municipal não fez nada, é fácil, porque falar é só abrir a boca e fechar e sai em palavras, saem aquelas que quero que saiam, é só isso. Obviamente que a Câmara Municipal fez muito para tomar esta decisão. Desde logo, o seu Departamento jurídico; desde logo, a nossa Divisão de ação social; e, desde logo, as Instituições de Solidariedade Social do nosso concelho estiveram envolvidas neste processo, e todos chegámos à conclusão que realmente o trabalho por parte da tutela não estava feito. E, aliás, uma demonstração disso, é que o próprio Governo fez esta lei deste mês para que os municípios pudessem adiar o prazo para que o Governo pudesse preparar melhor tudo, nomeadamente a segurança social com as plataformas, com muita coisa. Portanto, não sei que lhe diga! O Senhor não conhece Famalicão nem os famalicenses. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) - Senhor Deputado Jorge Costa, transferências sem dinheiro, com esta tecnologia nova que há agora nos bancos, tem que ter o dinheiro lá, senão a transferência não funciona. O cheque sem cobertura, estou como diz o outro, ainda funcionava há alguns anos atrás! Agora, transferência tem que ter o pilim, percebeu?! Não há transferências para ninguém, se não há dinheiro, não podemos tomar essa responsabilidade. Já temos muita responsabilidade! Esta Câmara Municipal já assumiu muita responsabilidade: na saúde, na educação. Sobreposse ao Estado, esta Câmara Municipal. Agora, transferências sem dinheiro?! Se você me disser, se estou de acordo com a descentralização do país? Estou de acordo, Famalicão fica a ganhar. Os concelhos mais para Trás-os-Montes, concelhos mais pequenos, se calhar ficam a perder. Estou a favor da descentralização. Agora, estas competências sem aquele que se compra os melões, esqueça! -----

---JORGE COSTA (PS) - Ó Senhor Deputado Armindo Gomes, é só para dizer que eu não tenho nada a dizer a V. Exa. -----

**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NÃO
PRETENDER EXERCER, NO ANO DE 2022, AS COMPETÊNCIAS**

PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE: -----

---PRIMEIRO PONTO - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, O QUAL CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. -----

---SEGUNDO PONTO - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES.-----

---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e quarenta minutos do dia seguinte. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze e catorze. -----

